

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

João Francisco da Luz Souza

O Preço da Modernidade: produtos e hábitos ingleses no Brasil oitocentista

Florianópolis

2021

João Francisco da Luz Souza

O Preço da Modernidade: produtos e hábitos ingleses no Brasil oitocentista

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

da Luz Souza, João Francisco

O preço da modernidade : produtos e hábitos ingleses no
Brasil oitocentista / João Francisco da Luz Souza ;
orientador, Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, 2021.
59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Brasil oitocentista. 3. Consumo. 4.
Modernização. 5. Inglaterra. I. Lima Filho, Henrique Espada
Rodrigues. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 22 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 16:30 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho** (Orientador e Presidente); Prof. **Waldomiro Lourenço da Silva Jr.** (membro); Prof. **Diego Schibelinski** (membro), designados pela Portaria Tcc nº 26/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **João Francisco da Luz Souza** intitulado: **“O Preço da Modernidade: produtos e hábitos ingleses no Brasil oitocentista”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho**, nota 9, Prof. **Waldomiro Lourenço da Silva Jr.**, nota 9, Prof. **Diego Schibelinski**, nota 9, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 29 de setembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 22 de setembro de 2021



Documento assinado digitalmente
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Data: 22/09/2021 19:50:20-0300
CPF: 671.643.669-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):



Documento assinado digitalmente
Waldomiro Lourenço da Silva Junior
Data: 23/09/2021 10:03:41-0300
CPF: 299.383.808-32

Prof. (Membro):

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Membro):



Documento assinado digitalmente
Diego Schibelinski
Data: 23/09/2021 11:54:03-0300
CPF: 050.118.479-18
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):



Documento assinado digitalmente
Joao Francisco da Luz Souza
Data: 22/09/2021 21:30:51-0300
CPF: 065.388.029-40
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) João Francisco da Luz Souza, matrícula n.º 16250446, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "**O Preço da Modernidade: produtos e hábitos ingleses no Brasil oitocentista**", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 30 de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Data: 30/09/2021 23:22:40-0300
CPF: 671.643.669-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, César e Erica, cujo amor, paciência e confiança me permitiram seguir minha graduação e me deram liberdade para estudar aquilo que amo.

Agradeço ao meu irmão, Pedro, por ter sido meu porto seguro e estrela-guia em tantos momentos de incerteza, que me ajudou a acreditar que eu seria capaz de realizar as coisas as quais me propus a fazer.

Agradeço ao meu amigo e colega, Bruno, que, por sua amizade fiel e companheirismo inabalável, tornou todo o trajeto da graduação muito menos difícil do que poderia ser.

Agradeço ao meu orientador, Henrique Espada, por auxílio em todas as etapas deste trabalho, e por ter sido um professor atencioso e amável.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina e todos seus profissionais, por terem me proporcionado todas as ferramentas para um ensino de qualidade.

Por fim, agradeço aos meus amigos dentro e além do ambiente universitário, cujo carinho e amizade ajudaram em diversos momentos a dar sentido a minha vida: Beatris, Isabela, Filipe, André, Volpato, Petry, Bressan e Aoto.

A todos esses, muito obrigado.

Mas o estrangeiro louro insistiu em firmar-se em terra tão inimiga com um heroísmo que ainda não foi celebrado. Só visitando hoje alguns dos velhos cemitérios protestantes no Brasil – o do Recife ou o de Salvador ou o do Rio de Janeiro – que datam dos princípios do século XIX, e vendo quanta vítima da febre apodrecer por esses chãos úmidos e cheios de tapuru, debaixo de palmeiras gordas, tropicalmente triunfante sobre o invasor nórdico, faz alguém ideia exata da tenacidade com que o inglês, para conquistar o mercado brasileiro e firmar nova zona de influência para o seu imperialismo, se expôs a morrer de febre tão má nesta parte dos trópicos. (FREYRE, 1936)

RESUMO

Este trabalho busca analisar a influência britânica na política e economia brasileira no século XIX, e quais as consequências dessa no consumo de bens materiais e imateriais na sociedade. A ideia central é de que a presença inglesa no Brasil não só foi fundamental para o início da industrialização no país e no surgimento das principais obras de infraestrutura durante os anos 1800, mas que o contato com a cultura europeia também introduziu na sociedade brasileira, em destaque na população urbana e burguesa, gostos e preferências inéditas no que tange alimentação, habitação, vestuário, entre outros hábitos como práticas de esporte e higiene. O trabalho parte de uma contextualização do expansionismo inglês pelo atlântico e como a busca por matérias primas e mercados consumidores pautou as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra. Então a questão do consumo de produtos ingleses no país é abordada. A análise é feita a partir de revisões bibliográficas em conjunto com investigações de anúncios em recortes de jornais das principais cidades brasileiras do século XIX. O trabalho busca investigar como o consumo de bens e hábitos estrangeiros se concentrava entre os membros da elite social e econômica brasileira, mas também existia em maior ou menor escala entre todo o resto da população, mesmo nas camadas mais pobres. Por fim, endereçamos como a vinda desses produtos e costumes funcionaram para criar um mercado consumidor de bens ingleses no Brasil, e como os conceitos de modernidade e civilização foram sendo moldados pelo consumo.

Palavras-chave: Modernização. Consumo. Brasil e Inglaterra.

ABSTRACT

This paper seeks to analyse the British influence on the Brazilian politics and economy during the 19th century, and what were its consequences on the consumption of material and immaterial goods in the society. The main idea is that the British presence in Brazil was not only fundamental for the onset of industrialization in the country and the emergence of the main infrastructure works during the 1800s, but that the contact with the European culture also introduced into Brazilian culture new tastes and preferences regarding food, housing, clothing, among other habits such as sports and hygiene, specially among the urban bourgeois. The paper starts from a contextualization of the British expansionism along the Atlantic and how the search for raw materials and consumer markets guided the diplomatic relations between Brazil and England. Then, the issue of consumption of English products in the country is addressed. The analysis is based on a bibliographic review in conjunction with investigations of advertisements in newspaper clippings from the main Brazilian cities in the 19th century. The work seeks to investigate how the consumption of foreign goods and habits was concentrated among members of the Brazilian social and economic elite, but also existed to a greater or lesser extent among the rest of the population, even in the poorest strata. Finally, we discuss how the arrival of these products and customs worked to create a consumer market for British products in Brazil and how the concepts of modernity and civilization were shaped by consumption.

Keywords: Modernity. Consumption. England and Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A PRESENÇA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO E A BUSCA POR MATÉRIA PRIMA 9	
2.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS E DIPLOMÁTICAS COM O BRASIL ATÉ O FIM DO PRIMEIRO REINADO.....	14
2.3 RELAÇÕES ANGLO-BRASILEIRAS APÓS O PRIMEIRO REINADO	18
3 NOVOS COSTUMES E PADRÕES DE CONSUMO.....	25
3.1 COMER E BEBER	28
3.2 A CIDADE E AS CASAS	32
3.3 A ROUPA E A MODA.....	36
3.4 FAZENDO COMO OS INGLESES	41
3.5 ANÚNCIOS NOS JORNAIS INGLESES	45
4 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O papel da Inglaterra na formação do Brasil nação, desde a chegada da família real portuguesa em 1808 e subsequente abertura dos portos brasileiros no mesmo ano até a Proclamação da República, é um tópico bastante estudado na historiografia brasileira. Isso se deve ao fato da Inglaterra no século XIX ter sido um importante parceiro diplomático e peça importante para o reconhecimento da independência brasileira no cenário mundial, além de principal parceiro comercial do Brasil nos anos após a independência. Sua posição como tal serviu como alavanca para se inserir nas principais obras de modernização no país, assim como se tornar um dos principais exemplos do ideal civilizatório moderno; essa posição, unida ao poder político e militar inglês no século XIX, ainda permitiu que os britânicos interferissem na política brasileira, sobretudo no que tangia a questão do tráfico de escravos. Tudo isso enquanto exportava para o Brasil uma multitude de produtos manufaturados produzidas em fábricas inglesas, e importava vastas quantidades de matérias primas como minérios, e outra commodities como algodão, café e açúcar.

Como se desenvolveram as ações inglesas no Brasil e quais foram suas consequências foram discutidas em obras consagradas e que são basilares para a escrita deste trabalho. Cabe a nós citar a obra de Richard Graham, “Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil” (1963), que, como o nome sugere, aborda o papel central da Inglaterra no processo de modernização brasileiro no século XIX até o início do século XX, principalmente no sentido de industrializar e urbanizar o país. O autor aborda as relações comerciais entre Brasil e Inglaterra, e salienta a importância do investimento inglês nas primeiras obras de infraestrutura em território nacional, com destaque para as ferrovias, além da técnica inglesa para a implantação dessas novas tecnologias e indústrias no país. A importância dessas questões é para que possamos compreender como a Inglaterra alcançou uma posição tão proeminente na sociedade brasileira, e como estavam profundamente envolvidos nos diversos setores da economia e da política.

Outra bibliografia importante para esta pesquisa é a de Gilberto Freyre. Freyre teve grande interesse pela vida dos ingleses que habitavam o Brasil e como eles se adaptaram e ajudaram a moldar a sociedade brasileira do século XIX. A participação desses indivíduos e de seus costumes aparecem, principalmente, em duas obras do autor que serão citadas ao longo do trabalho: “Sobrados e Mucambos” (1936) trata do momento de transição do Brasil colonial e patriarcal para o que Freyre identifica como o Brasil “moderno” urbano, e contém a gênese do que viria a ser o livro “Ingleses no Brasil” (1948), no qual é abordado a vida e contribuição dos ingleses nessa construção. O valor desses livros para esta pesquisa está em como Freyre traz à tona questões como o consumo de produtos ingleses (e, em menor escala, europeus em geral) e costumes ingleses no Brasil, e como estes foram achando espaço no país recém independente.

Dito isso, o objetivo deste trabalho é a revisão bibliográfica acerca do consumo de bens materiais e imateriais advindos da Inglaterra no Brasil oitocentista a partir da abertura dos portos em 1808, além de realizar análises pontuais de jornais da época. Alguns dos aspectos a serem trabalhados são: quais eram esses bens de consumo; quais necessidades buscavam suprir; e quais produtos ou costumes buscou-se substituir com a opção estrangeira. Além disso, em um espectro mais amplo, buscaremos questionar qual era a ideia, de luxo, bom gosto e modernidade, associada a esses produtos e costumes; o consumo de bens importados como alternativa para alcançar o ideal de modernidade; o que passou a ser entendido como moderno e de bom gosto e, por fim, quem consumia esses bens?

Para tanto, o trabalho será dividido em dois momentos: o primeiro capítulo será de contextualização das ações da Inglaterra pela busca de mercados que pudessem suprir as indústrias britânicas com matérias-primas e, ao mesmo tempo, tornar esses mercados dependentes das manufaturas saídas dessas indústrias. Dessa forma, também nesse capítulo abordaremos como a relação com o Brasil não foi um caso isolado na expansão do imperialismo e do mercado britânico, e como se deu a relação comercial e diplomática com entre os dois países, refletidas nas políticas econômicas entre ambos, nas obras de infraestrutura e em questões estruturais como a abolição do tráfico de escravos. Neste momento, algumas obras recentes, como “*Empire of Cotton*” (2014), de Sven Beckert, ajudam a lançar luz sobre o expansionismo inglês no atlântico.

No segundo capítulo será abordado a questão central deste trabalho: os produtos inéditos importados da Inglaterra e como aspectos da cultura inglesa influenciaram certos costumes no Brasil, ao menos de determinadas parcelas da sociedade. Abordaremos o consumo de produtos alimentícios, bens relacionados ao ambiente doméstico (da estrutura da casa ao mobiliário), moda e vestuário e, por fim, outros aspectos culturais como o costume da prática de esporte e diferentes hábitos de higiene.

Utilizaremos como na construção dessa abordagem recortes de jornais de algumas das principais cidades do país, com destaque para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e o *Diário de Pernambuco*, majoritariamente da segunda metade do século XIX. Os recortes foram coletados pelo autor por meio do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

É importante esclarecer os limites de nossa análise. Abordar a influência inglesa no consumo brasileiro do século XIX é apenas uma faceta desse novo universo de consumo de produtos europeus. O Brasil recebeu imensa influência de outros países da Europa, sobretudo da França, e apesar de serem reconhecidos em alguns pontos do texto, uma análise mais aprofundada desses outros países foge do escopo de nossa pesquisa. O que salientamos, porém, é como a Inglaterra abriu as portas e foi atravessador para o consumo de bens importados de diferentes países. As consequências, positivas ou negativas, é o que buscamos abordar ao longo deste trabalho.

2 A PRESENÇA BRITÂNICA NO ATLÂNTICO E A BUSCA POR MATÉRIA PRIMA

Para compreendermos a presença inglesa no Brasil durante o século XIX precisamos voltar um pouco no tempo, para o século anterior, e abordar quais os fatores que motivaram a expansão tão violenta pelo Atlântico. No século XVIII, mais precisamente em sua segunda metade, a Inglaterra presenciou um surto de novas tecnologias inédito para qualquer outro país europeu. A Revolução Industrial é uma das razões (mas não necessariamente a principal, como veremos em breve) a impulsionar a Inglaterra para a expansão do comércio ultramarino, e o motivo não é tão somente capturar mercados consumidores para esse novo universo de produtos manufaturados, mas também para obter matéria-prima. Hobsbawm (2000, p. 125) destaca essa característica do comércio inglês

“Por conseguinte, a economia britânica criou um padrão característico e peculiar de relações internacionais. Dependia em alto grau do comércio exterior, ou seja, em termos amplos, pela troca de suas manufaturas e outros bens de serviço de uma economia desenvolvida (capital, fretes, operações bancárias, seguros etc.) por produtos primários estrangeiros (matérias-primas e alimentos).”

Mas de todas as matérias-primas as quais Hobsbawm se refere, nenhuma foi tão importante para os ingleses a no século XVIII, e talvez até mesmo até a Segunda Revolução Industrial, quanto o algodão. “Quem fala da Revolução Industrial fala do algodão” (HOBSBAWN, 2000, p. 53). A indústria do algodão foi o carro-chefe do desenvolvimento do sistema fabril britânico, e produto a ser trabalhado nas máquinas cada vez mais sofisticadas das primeiras fábricas inglesas. Todavia, a Inglaterra produzia quantidades ínfimas de algodão, menos do que o necessário para suplantiar seus tecelões antes mesmo de qualquer revolução no maquinário. O clima das ilhas britânicas não favorecia o cultivo de algodão, uma planta característica de climas tropicais e subtropicais, além de espaços amplos para o cultivo se o objetivo é alimentar uma indústria. Dessa forma, até o século XVIII, os produtores ingleses dependiam da importação de matéria-prima de regiões sobre as quais a Inglaterra tinha pouco controle, e o mercado naquele momento continuou dependente dos tecidos asiáticos (BECKERT, 2014, p. 30).

Não devemos pensar, porém, que o grande equalizador dessas relações foi a emergência do sistema fabril, ou a invenção de novas máquinas, mas, segundo Beckert (2014, p. 30) “essa reformulação do algodão não foi, num primeiro momento, derivada de avanços técnicos, nem de vantagens organizacionais, mas sim de uma origem muito mais simples: a habilidade e vontade de projetar capital e poder através de vastos oceanos” (tradução nossa). Ou seja, o que garantiu a rentabilidade da indústria algodoeira não foi simplesmente a maior capacidade de produção dos manufaturados, mas a possibilidade de obter a matéria-prima pelo preço mais baixo, em quantidades desejadas e, não menos importante, destruindo qualquer tipo de concorrência de outras indústrias nos países do mundo colonial. É preciso também lembrar que a presença inglesa no mercado global é

uma realidade de antes do século XVIII, e medidas coercivas e imperialistas para a projeção do poder inglês também não são inéditas ao período tratado a seguir.

A relação com a Índia é o melhor exemplo da expansão comercial inglesa no século XVIII. Até a segunda metade desse século, “a Índia era a maior indústria têxtil no mundo graças a uma abundância de mão de obra especializada, com conhecimentos passados de geração para geração” (BROADBERRY, GUPTA, 2005, p. 10). Além disso, o algodão era produzido localmente, em uma época que o transporte da matéria-prima era difícil. A Índia exportava para diversas regiões do globo (incluindo o Brasil e, como veremos mais a frente, seus produtos eram muito apreciados pelos brasileiros), e eram reconhecidos como manufaturas de melhor qualidade. Tecidos de algodão indianos eram amplamente consumidos na Europa – o principal produto exportado pela Índia através da Companhia das Índias Orientais era o calicô, por exemplo. Tal tecido era um substituto comum para tecidos de lã e de linho, ao ponto de produtores desses dois últimos exigirem medidas protecionistas do governo Britânico, a fim de acabar com essa competição. Inicialmente com aumento de taxas de importação em 1690, até a proibição completa de calicôs e alguns outros tecidos de algodão em 1701 (BROADBERRY, GUPTA, 2005, p. 6). Podemos até observar na moda feminina no século XVIII, a presença de peças de musselina, um tecido de algodão característico do subcontinente indiano. Mas também vale salientar que a seda também era um material proeminente no comércio com a Índia, assim como com a China, mas tecidos de seda pendiam a ser artigos de luxo, enquanto algodão podia ser usado amplamente em produtos de diversas qualidades.

Essa dinâmica foi alterada ao longo da segunda metade do século XVIII por métodos que marcariam a ação inglesa no mundo colonial. “A inserção de comerciantes europeus armados no mercado asiático, porém, lentamente marginalizou essas antigas redes [de comércio], conforme foram tirando à força do mercado internacional os antes dominantes comerciantes indianos e árabes”¹ (BECKERT, 2014, p. 34). Com isso, os britânicos conseguem um mercado cativo, tornando-se os maiores importadores de algodão da Índia a preços muito mais baixos, ao mesmo tempo que, no futuro, poderiam impor suas próprias manufaturas. O domínio inglês sobre a Índia também teve o efeito de desacelerar qualquer possível industrialização indiana, mesmo porque a força de trabalho, principalmente os tecelões, estava cada vez mais sob controle britânico. Segundo Beckert (2014, p. 44)

A invasão gradual do poder britânico no subcontinente significou que os tecelões não poderiam mais ditar seus preços pelos tecidos. [...] Para alcançar seus objetivos, a companhia também empregou de coerção sobre os tecelões diretamente. A companhia contratou um vasto número de indianos para supervisionar e implementar novas regras e regulamentos, de fato burocratizando o mercado de tecidos. Diversos novos regulamentos ligaram os artesãos

¹ A Companhia das Índias Orientais já existia desde o início do século XVII, mas sua importância no subcontinente indiano muda após a Batalha de Plassey em 1757 e subsequente domínio da Companhia, inicialmente na região da Bengala, mas então de boa parte da Índia até meados do século seguinte.

legalmente a companhia, tornando impossível que vendessem seus tecidos no mercado independentemente. (tradução nossa)

É importante observar nesse trecho que as medidas britânicas iam além da imposição de taxas ou leis, e miravam diretamente os indivíduos, nesse caso os tecelões. No intuito de controlar e burocratizar a produção têxtil indiana, o controle britânico perpassou todas as esferas da vida dos produtores, mas também da sociedade, visto que foram empregados indianos para aplicar as medidas contra seu próprio povo. Houve, naturalmente, tentativas de resistência por parte dos afetados, na maior parte das vezes na forma de êxodo para outras regiões fora do controle europeu ou ainda produção em segredo para competidores, com ou mais ou menos sucesso. A chave para essa relação, porém, é a que Inglaterra tinha controle quase que total do mercado indiano, dominando as redes de comércio e os produtores indianos. Ao longo da segunda metade do século a Inglaterra obteve sucesso em substituir os têxteis indianos no mercado global, e fez ruir mesmo a indústria têxtil da cidade de Dacca, a maior do subcontinente indiano, levando tanto a cidade quanto sua população a miséria (BECKERT, 2014, p. 75).

Perto dali, na África, a atividade inglesa era diferente. O domínio sobre a Índia assegurou uma posição privilegiada dos comerciantes ingleses na costa leste africana. Todavia, o interesse britânico no continente africano não era o cultivo do algodão – não que não tenham tentado. A África foi durante a primeira metade do século XIX uma grande promessa para escapar de uma eventual dependência da importação do mercado dos Estados Unidos. Em 1791 a Companhia de Serra Leoa assumiu o território com planos de transformá-lo em uma grande plantação de algodão, mas apenas oito anos depois declarou o fracasso do projeto devido a dificuldades com os insetos locais. (DAWE, 1993, p. 18). Ao longo do século seguinte ocorreram outras tentativas, inglesas e francesas, que, de acordo com a Cotton Supply Association², eram baseadas na “fé inocente de proponentes anteriores de que entusiasmo apenas poderia superar o clima, transporte, insetos e problemas com mão de obra. O fato de a planta ser nativa, acreditava-se simplisticamente que o algodão poderia ser facilmente cultivado em massa” (Ibid, p. 24, tradução nossa). Esse fracasso foi crítico para que os ingleses aceitassem a dependência da importação de algodão vinda dos Estados Unidos para suprir a demanda da indústria têxtil britânica.

Se o interesse não estava primeiramente nas capacidades produtivas de algodão ou, menos ainda, de tecidos, estava em fazer da África um mercado para suas manufaturas. A principal característica dessa relação, porém, não era a simples exportação de tecidos de algodão, mas sim o

² A Cotton Supply Association foi fundada em 1857, e foi uma de muitas organizações que tinham como objetivo monitorar, pesquisar e aprimorar as possibilidades do cultivo do algodão em qualquer parte do mundo. Atuou principalmente na Índia, mas também na África e na Austrália. Suas atividades também consistiam em influenciar governos a remover taxas restritivas, distribuir sementes e descaroçadores e instruir tecnicamente. Sua existência chegou ao fim em 1872. (DAWE, 1993, p. 22, 23, 24, 25, 42)

escambo desses produtos com governantes e comerciantes locais em troca de escravos. (BECKERT, 2014, p. 36). “Um estudo de 1.308 transações do comerciante britânico Richard Miles entre 1772 e 1780 de 2.218 escravos da Costa do Ouro revelou que produtos têxteis constituíram mais da metade do valor de todos os produtos trocados.” (Id, tradução nossa). A presença inglesa assegurou que um vasto número de escravos fosse traficada para outras regiões do Atlântico, em especial para as colônias americanas (e continuou após a independência destas) e para as Índias Ocidentais, para que aí sim trabalhassem nas plantações de algodão e outros produtos.

No âmbito do Caribe, para onde eram levadas muitas pessoas escravizadas, a situação britânica era diferente devido ao controle da região, com colônias inglesas, francesas e espanholas, e a produção local de outro produto altamente rentável, a cana-de-açúcar. Ainda assim, em um primeiro momento, devido principalmente à industrialização mais lenta da França, as colônias francesas exportaram grandes quantidades para a Grã-Bretanha (BECKERT, 2014, p.90). Não devemos pensar, porém, que o interesse residia unicamente no algodão, mesmo que esse fosse o principal produto da indústria inglesa. A Grã-Bretanha agiu ativamente para incentivar a produção de matérias-primas e commodities em países não industrializados.

O resultado foi um aumento da demanda europeia por alimentos e produtos tropicais e subtropicais, entre eles açúcar, algodão e café, e aumento da especialização internacional em produtos alimentícios e de matérias-primas. A queda brusca nos preços dessas commodities beneficiou a Grã-Bretanha mais do que qualquer outro país. (HOBSBAWM, 1968, p. 135, 138. 146-148, apud TOMICH, 2004, p. 60, tradução nossa).

A ação nos Estados Unidos difere também dos casos citados anteriormente. Primeiro, por este ter sido em dado momento uma colônia britânica, mas também por ter se tornado o principal exportador de algodão após sua independência³. Com uma área de terra muito superior a qualquer outro país produtor da matéria-prima (possibilitada pela expansão violenta para o oeste, sobre território de povos nativos; pela compra da Louisiana em 1803; invasão da Flórida em 1821 e então pela guerra contra o México por território no Sul a partir dos anos 1840) e com menos disputas regionais de poder (não considerando os conflitos com os povos nativos), o país adquiriu rapidamente uma capacidade extraordinária de produção da planta. Na primeira metade do século XIX, as importações de algodão britânicas vindas dos Estados Unidos já superavam as de qualquer outra região, incluindo as Índias Orientais e o Caribe (BECKERT, 2014, p. 121). A produção americana se concentrava no sul do país, uma região mais rural comparada ao norte e com uma fronteira agrária

³ A independência americana, do ponto de vista da produção algodoeira, foi positiva para a Inglaterra. Em 1807 foi proibido o comércio de escravos em todo o Império Britânico, mas neste momento os Estados Unidos já não faziam mais parte do império, e continuaram importando e utilizando mão de obra escrava nas plantações de algodão e, conseqüentemente, fornecendo matéria prima para a Inglaterra.

em expansão, e a mão de obra nos campos de algodão era quase que em sua totalidade composta de escravos.

Não obstante, a dependência inglesa do algodão americano criou certa preocupação entre os comerciantes e industrialistas ingleses em alguns momentos do século XIX. É necessário apontar que, com a independência de sua antiga colônia, o Império Britânico não tinha mais os meios de impedir ou retardar a industrialização dos Estados Unidos (como fizera com a Índia, por exemplo, devido aos diferentes tipos de ocupação inglesa nessas regiões). Ainda que no sul do país houvesse pouco interesse pela iniciativa industrial, existia o receio britânico de que era uma questão de tempo para que “os Estados Unidos sugassem quantidades cada vez maiores de sua produção de algodão para suas próprias fábricas” (BECKERT, 2014, p. 121, tradução nossa). Entre outros receios, estava a dependência americana na mão-de-obra escrava⁴.

Essa gigantesca rede de relações comerciais com diferentes regiões do globo garantia ampla quantidade de matérias-primas e commodities para o Império Britânico na maior parte do tempo, mas o sistema não era infalível. Por exemplo, a dependência do algodão vindo dos Estados Unidos colocou a produção industrial britânica em apuros devido à escassez de matéria prima. A mais notável, a “Fome do Algodão”, causada pela guerra de secessão nos Estados Unidos durante os cinco primeiros anos da década de 1860, ocasionou no fechamento de diversas fábricas, desemprego em massa, e aumento dos níveis de pobreza – a indústria escocesa, por exemplo, jamais se recuperou dessa crise (DAWE, 1993, p. 28).

Não só isso, mas ao longo do século XIX outros países europeus – mas também os Estados Unidos – atingiram níveis de industrialização capazes de ameaçar a hegemonia britânica, com destaque para a França e a Alemanha. O que permitiu a manutenção do poder britânico foi, mais uma vez, o poder que exercia sobre as regiões subdesenvolvidas do globo.

A primeira dessas era a América latina, que, sem exagero, salvou a indústria algodoeira britânica na primeira metade do séc. XIX, ao se tornar o principal mercado para suas exportações, absorvendo 35% delas em 1840, com destaque para o Brasil. [...] A segunda eram as Índias Orientais. (HOBSBAWM, 2000, p. 136.)

No começo do século XIX Europa e Estados Unidos recebiam em torno de 60% de todas as peças de algodão exportadas pelo Império Britânico, enquanto cerca de 31% eram destinadas ao mundo colonial (principalmente as duas regiões citadas anteriormente). Já no fim do século, esses valores se inverteram, com cerca de 7% do total sendo exportado para a Europa e Estados Unidos, e exorbitantes 86% para o mundo colonial. (HOBSBAWM, 2000, p. 135). Não devemos pensar, porém,

⁴ Tal receio adivinha do número desigual de escravos para senhores de terras, e a possibilidade iminente de uma revolta escrava que poderia desestabilizar a produção por um período indeterminado.

que o Império sobrevivia nessas regiões somente da relação de importação de commodities e exportação de manufaturados. Como veremos no caso do Brasil mais a frente, os britânicos lucraram muito com empréstimos para países periféricos e participando na construção de grandes obras de infraestrutura.

2.1 AS RELAÇÕES COMERCIAIS E DIPLOMÁTICAS COM O BRASIL ATÉ O FIM DO PRIMEIRO REINADO

O comércio brasileiro, em sua condição de colônia, era de monopólio português e a importação e exportação de produtos passava necessariamente pela supervisão da metrópole, operada por navios portugueses. Dos produtos em questão, destacasse o açúcar, provavelmente o mais importante artigo produzido pelo Brasil até ser rivalizado pelo café. O país também plantava algodão, e não em quantidades insignificantes, mas insuficientes para sobrepor a produção açucareira. A preocupação britânica com o Brasil surge no fim do século XVIII, quando se percebe a importância da colônia portuguesa em sua balança comercial com o Império Britânico.

Em 1776, mesmo ano da independência dos Estados Unidos, os ingleses registram a primeira inversão da balança comercial, antes favorável a Inglaterra, com Portugal, fato que se repetirá pelos anos até 1780, novamente de 1791 até 1795, e então de 1801 até 1810 (ARRUDA, 2016, p. 173). O fator para essa inversão era o Brasil, um país com condições ideais para fornecer os principais produtos de interesse britânico, mas controlado por Portugal que era, além de tudo, um país aliado. Não obstante, constatando novamente um déficit da balança comercial com Portugal em 1791, o Império Britânico dá início a uma campanha de contrabando⁵ nos portos brasileiros e continuaria até a abertura dos portos em 1808 com a vinda da Família Real (Ibid, p. 175). Essa ação foi uma forma de burlar o pacto colonial entre Brasil e Portugal, que garantia o intermédio português em todas as relações comerciais da colônia.

Tão importante quanto assegurar o fornecimento de matérias-primas e produtos tropicais era impedir que seus competidores tivessem acesso a tais produtos. Em 1808, por exemplo, a França, em amplo desenvolvimento industrial, consumia exorbitantes 77.9% da produção Brasileira de insumos coloniais, em comparação com os apenas 11.6% da Inglaterra, ficando atrás dos Estados italianos e alemães (ARRUDA, 2016, p. 189). Em 1809, porém, atestando a supremacia inglesa no comércio atlântico, o consumo francês cai para zero, e o inglês sobe para cerca de 51%, e ainda para 65% no ano seguinte (Id.). Esse fato é decorrente de Portugal entrar em guerra com a França, e os ingleses se aproveitam dessa situação para se solidificarem como principal parceiro econômico de Portugal.

⁵ O contrabando foi uma opção mais pacífica, ainda que imperialista. Os britânicos consideraram invadir militarmente o Brasil por volta de 1806, mas não puseram os planos em execução devido à vinda da Corte portuguesa (ARRUDA, 2016, p. 176).

A abertura dos portos “liquidou de um golpe o regime colonial de comércio dominado com exclusividade pela metrópole, gerando interesses e condições materiais que tornariam inviável o retorno ao estatuto de colônia.” (RICUPERO, 2011, p. 115). Foi um evento marcante para a Inglaterra pois tornava desnecessária qualquer preocupação com a discricção da operação de contrabando, e deu início ao que seria a hegemonia britânica no comércio internacional brasileiro. A abertura não era exclusiva aos ingleses, mas estes foram os maiores beneficiados⁶. O Império também se utilizou de sua posição diplomática privilegiada com Portugal. Devido ao contexto das Guerras Napoleônicas, Portugal estava em uma situação muito frágil, ameaçada pela França que havia tomado o país (o que resultou na fuga da Família Real para o Brasil), e incerta sobre a possibilidade de uma invasão francesa às colônias. Seu único aliado, o Império Britânico, foi o garantidor da transição da corte portuguesa para o Brasil. Dessa posição privilegiada começaram a surgir algumas exigências inglesas para essa nova fase da relação com o Brasil.

[A Inglaterra] Queria os mesmos tipos de direitos preferenciais que desfrutara em Portugal desde meados do século XVII. E d. João, dependente da Inglaterra para a defesa do Brasil e a libertação de Portugal, não pôde recusar a pressão e as exigências britânicas. E, fevereiro de 1810 um tratado de navegação e comércio foi assinado, fixando uma tarifa máxima baixa sobre os produtos ingleses importados pelo Brasil (BETHELL, 2009, p. 55)

Os dois tratados de 1810, o de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade, foram os primeiros passos para a solidificação da Inglaterra na posição de maior “parceiro” econômico do Brasil, fato que passou a ser possível com a independência do país em 1822. Foi o primeiro passo também para a restrição do comércio transatlântico de escravos, uma medida já tomada pela Inglaterra em 1807, e que agora era pressionada aos outros países do Atlântico. Portugal tinha poucas condições de rejeitar as imposições britânicas, mas, sendo o Brasil o maior mercado de escravos do mundo, a abolição total do tráfico arruinaria a produção brasileira, que dependia quase exclusivamente do trabalho escravizado. Dessa forma, Portugal comprometeu-se a tomar medidas gradativas para o fim do tráfico (BETHELL, 2018, p. 309).

Devemos notar o caráter dos tratados citados para entender a força da pressão inglesa sobre Portugal naquele período. O Tratado de Comércio e Navegação, por exemplo, reduzia as tarifas de importação e exportação para a navios ingleses a níveis irrisórios, muito abaixo daquelas oferecidas para embarcações luso-brasileiras (RICUPERO, 2011, p. 125). Além disso, não havia nenhum compromisso com a reciprocidade das relações, tornando-as favoráveis majoritariamente a Inglaterra. O Tratado de Aliança e Amizade tem como artigo mais notável aquele que firma compromisso de

⁶A proposta inglesa era na verdade a abertura de um único porto, provavelmente em Santa Catarina, exclusivo para os ingleses. Todavia, a proposta foi rejeitada por d. João VI em prol da abertura total dos portos para todas as nações, a fim de evitar fortalecer a posição inglesa no Brasil e nas relações comerciais como um todo (RICUPERO, 2011, p. 122).

limitar o tráfico de escravos para os domínios portugueses, afirmando João VI estar “convencido da Injustiça, e má Política do Comercio de Escravos” e decidido a “cooperar com Sua Magestade Britannica na Causa da Humanidade e Justiça” (1810, art. X). Além disso, garantia a liberdade religiosa para ingleses residentes no Brasil (visto que a Grã-Bretanha era protestante e Portugal e Brasil católicos), e autorização para o corte de madeiras para a construção de navios de guerra ingleses em portos do Brasil. Não menos importante que os itens já citados, havia outra imposição que causava grande mal-estar na população brasileira, e que seria impensável de ser acordado em um tratado entre dois países de força similares. Os ingleses se reservavam o direito de ter, no Brasil, magistrados próprios, a fim de julgar súditos da Grã-Bretanha com base em leis inglesas.

As relações entre Inglaterra e Portugal foram afetadas pelo fim das Guerras Napoleônicas, que contou com a participação ativa de forças portuguesas contra a França, resultando também no fim da ocupação francesa em Portugal, e conseqüentemente o fim da necessidade de proteção britânica das colônias portuguesas, ou mesmo assistência na retomada da metrópole. O fim do conflito na Europa garantiu alguma liberdade e poder de barganha para o Estado português, ainda que alguns compromissos e tratados com a Inglaterra tenham continuado em voga, em especial o Tratado de Aliança e Amizade de 1810. (BETHELL, 2018, p. 311). Além disso, nutria-se no Brasil um forte sentimento anti-inglês, sem dúvida causado pelos direitos e privilégios excepcionais dados a comerciantes e residentes ingleses no Brasil. Nesse quesito, não ajudava que, segundo Manchester (1933 apud RICUPERO, 2011, p. 127), “Ao negociar os tratados, a corte portuguesa tinha em mente, quase exclusivamente, as necessidades do próprio Portugal.”.

A independência brasileira é mais um fator marcante que fez com que o Império Britânico novamente tivesse uma posição diplomática privilegiada, dessa vez como o personagem mais importante a reconhecer a soberania do Brasil. Para o Brasil, era necessário o reconhecimento para fortalecer sua posição no cenário global, no sentido diplomático e comercial, e impedir uma retomada portuguesa de sua ex-colônia. Para a Inglaterra era interessante, pois garantia a renovação do acordo comercial de 1810 que estava próximo de ser renegociado, ainda mais tendo em vista que, naquele momento, o Brasil havia se tornado o terceiro maior mercado estrangeiro para produtos britânicos (BETHELL, 2018, p. 319). Tão preponderante era a posição da Inglaterra nesse momento específico, que atuou como mediadora do processo de reconhecimento da independência brasileira por Portugal, algo inédito na história. O resultado foi o reconhecimento, ao preço de custosas indenizações ao Estado português e renovação dos tratados entre Brasil e Inglaterra (Ibid, p. 320).

Ainda vale ressaltar algumas questões idealísticas do interesse inglês pela independência brasileira. Primeiro, porque o país se tornaria o único regime monárquico nas Américas, o que o Ministro das Relações Exteriores inglês chamava de um “antídoto ao republicanismo” (BETHELL, 2018, p. 318). E, em segundo lugar, a renovação dos já citados tratados comerciais comprometeria o

Brasil a, em 1830, cessar definitivamente o tráfico de escravos, dando um golpe fatal no tráfico transatlântico.

A Independência não necessariamente indica uma transição de dependências do Brasil, de uma metrópole, Portugal, para outra, Inglaterra. Segundo Haber e Klein (1997, p. 246) Portugal era secundário nas relações entre os três países mesmo antes da chegada da corte portuguesa, pois 40% de todas as exportações e reexportações do Império português vinham do Brasil, mas também porque a colônia era ávida consumidora dos manufaturados britânicos, tendo em vista que, até aquele momento, Portugal não tinha um sistema fabril relevante o suficiente nem para suprir seu mercado interno⁷. Ainda segundo os autores, se considerarmos o domínio inglês sobre as importações de ouro, diamante e algodão brasileiros desde o início do século XVIII⁸, constatamos que o Brasil já estava de certa forma situado dentro da esfera de influência britânica há ao menos um século antes da abertura dos portos.⁹ (Ibidem, p. 248)

Da Independência até o fim do Primeiro Reinado, a atuação da Inglaterra no Brasil é como a de um banco fornecendo empréstimos. Os britânicos eram ainda os principais compradores dos produtos brasileiros (ainda que desde a abertura do Brasil fosse muito mais importante como comprador de produtos ingleses do que fornecedor de matéria prima), mas mesmo esses produtos vinham perdendo valor devido as novas concorrências no cenário global. O algodão nordestino apresentava dificuldades em competir com a produção estadunidense, e a indústria açucareira era deixada de lado no comércio internacional devido à produção nas Antilhas, controladas pelos ingleses, franceses e holandeses, com a nova produção a partir da beterraba na Europa e, principalmente, com a produção de Cuba, controlada pelos espanhóis. Mesmo indústrias menores, como a do couro e a do fumo perderam mercado – a primeira pela concorrência com a produção uruguaia e argentina, e o segundo pelo com o sufocamento do tráfico de escravos e consequente perda do mercado africano (SODRÉ, 1968, p. 190). Restava a produção cafeeira café, que ainda não estava em seu ápice e não podia reverter o cenário. O Brasil, país não industrializado e histórico fornecedor de commodities agrícolas, ficou em segundo plano no mercado internacional, incapaz de se reinventar.

⁷ Mesmo porque o desenvolvimento industrial português no século XVIII foi impedido pelo Tratado de Panos e Vinhos (ou Tratado de Methuen) em 1703, que permite a entrada de tecidos ingleses no mercado Português e limita a nascente manufatura portuguesa (FURTADO, 2005, p. 109)

⁸ Os autores afirmam que o ouro e o diamante vindos do Brasil tiveram papel crucial para Portugal na tentativa de equalizar a balança comercial desfavorável com a Inglaterra, logo o país seria apenas um intermediário temporário entre a colônia e os ingleses.

⁹ Os autores invocam (mas não necessariamente concordam com o emprego) a ideia do que alguns historiadores chamam de “império informal”, ou seja, se o Brasil foi mesmo parte do império informal inglês, já o era muito antes da abertura dos portos ou da independência brasileira. Outros autores não concordam com a análise do Brasil fazer parte desse império informal. Bethel (2009, p. 58), por exemplo, afirma que para justificar essa análise além da hegemonia comercial, “é preciso também algum exercício de influência política e talvez alguma coerção por um estado imperial que viesse a limitar a soberania de um outro estado formalmente independente” e ainda que “talvez a Inglaterra, forçando o governo brasileiro a abolir o tráfico de escravos, tenha sido o único exemplo do imperialismo informal, e numa causa humanitária” (Ibidem, p. 59)

A balança comercial negativa e a baixa dos preços somavam-se ao montante de dívidas acumuladas pela fracassada guerra da Cisplatina, que também só foi possível com empréstimos ingleses, e às indenizações ao Estado português pela Independência. Para cobrir essas diferenças da balança comercial foram realizados mais empréstimos vindos da Inglaterra. Segundo Sodré (1968, p. 196)

São estes empréstimos, atuando como simples paliativos, transferindo soluções e mascarando o quadro real [...] Não se destinam a investimentos, a abrir áreas novas, a introdução de técnicas novas: destinam-se a cobrir a diferença na balança do comércio externo e tão somente a isso. Esgotam-se na esfera da circulação. Operam como simples financiamentos da exportação inglesa. Não alteram a estrutura da produção brasileira, com sentido positivo, mas têm um claro sentido negativo porque concorrem para onerar a exportação com o serviço das dívidas.

A situação calamitosa da economia brasileira, aliado aos fracassos militares, a crise do trono de Portugal e, não menos importante, o fim do tráfico brasileiro de escravos em 1830 (mas continuaria a existir na forma de contrabando até os anos 1850), tido como um absurdo pelas classes dominantes e produtores brasileiros, compuseram um cenário de inevitável instabilidade do Primeiro Reinado na figura de Pedro I. Esse conjunto de fatores foram decisivos para sua abdicação em 1831 e fim dessa primeira fase do Império do Brasil.

2.3 RELAÇÕES ANGLO-BRASILEIRAS APÓS O PRIMEIRO REINADO

Antes de discutirmos o Segundo Reinado, vale uma breve passagem pelo período regencial, de 1831 a 1840. Os nove anos de regência foram pouco notáveis no campo das relações diplomáticas e econômicas com a Inglaterra, ainda mais quando comparado com os períodos anteriores e posteriores. Todavia, há sim um acontecimento que deve ser salientado, a promulgação da Lei Feijó-Barbacena, que punha fim no tráfico negreiro para portos brasileiros. A lei foi um resultado do Tratado Anglo-Brasileiro de 1826, ainda do reinado de Pedro I, que comprometia o Brasil a tomar medidas contra o tráfico até 1830, mas a lei só veio de fato um ano depois. Apesar de oficialmente proibido, não houve de maneira alguma o fim decisivo do tráfico negreiro esperado pelos ingleses, e a prática seguiu na ilegalidade. Apesar dos números de entrada de escravos nos primeiros anos após a promulgação serem animadores (cerca de 26 mil escravos, em comparação aos 292 mil nos 5 anos anteriores), os números voltaram a subir a partir de 1836 (até 1840 foram 201 mil escravos traficados para os portos brasileiros)¹⁰ (MAMIGONIAN In: GRINBERG; SALLES, 2009, p. 223 apud

¹⁰ Essa diminuição seguida por um surto no tráfico de escravos talvez possa ser explicada pela saturação de escravos no mercado brasileiro no período de 1831 até 1836, tornando desnecessárias novas importações (BETHELL, 2002, p. 96 apud CARVALHO, 2012, p. 6)

CARVALHO, 2012, p. 6). Afinal, o fim do tráfico de escravos podia resultar na estancada da crescente produção cafeeira brasileira.

O caráter mais liberal dos primeiros anos da Regência brasileira pode ter facilitado a promulgação da lei sem grandes embates entre o Brasil e a Inglaterra, mas a promulgação também aponta para outros dois fatores: a continuidade não só das relações entre Brasil e Grã-Bretanha mesmo após a abdicação de Pedro I, mas também do poder impositivo dos ingleses (que fica mais claro na década seguinte). Contudo, na segunda metade da década de 1830, já para os anos finais da Regência, a emergência de políticos ligados às elites cafeicultoras gera novas desavenças entre Brasil e Inglaterra, e o futuro do tráfico negreiro, importante para a manutenção da atividade cafeeira. O período regencial apresenta uma escalada de tensões com base em interesses distintos dos dois países.

Essa desavença em torno do tráfico tornou-se insustentável logo nos primeiros anos do Segundo Reinado. Em 1844 o Brasil revogou os tratados comerciais com a Inglaterra, incluindo o de abolição do tráfico de escravos. No ano seguinte a resposta inglesa vem na forma do Bill Aberdeen, que dava direito aos britânicos, na figura da Marinha Real Inglesa, a prender quaisquer embarcações suspeitas de carregar escravos no Atlântico, efetivamente enquadrando a prática do tráfico como pirataria. O respaldo inglês para essa ação eram os tratados de 1826 (que resultaram na Lei Feijó-Barbacena) que estipulavam o fim do tráfico, mas que nunca foram propriamente respeitados pelo governo brasileiro. Todavia, nos anos seguintes ao Bill a ação inglesa não deu resultado – pelo contrário – em 1848 os números de escravos traficados para o Brasil chegaram em seu ponto mais alto, com exorbitantes 60 mil indivíduos cruzando o Atlântico (BETHELL, 2012, p. 143). Nos anos seguintes a marinha inglesa não se reservou a atuar somente em águas internacionais – diante da intransigência brasileira em abolir a prática, a Inglaterra reforçou sua presença marítima nas costas brasileiras.

A Marinha Real bombardeou fábricas africanas e portos de comércio de escravos (Rio Solyman em Serra Leoa, Lagos, Moçambique) e violou militarmente a soberania brasileira, não só destruindo navios em portos brasileiros, mas também velejando em rios nacionais (como no rio Guarapari, Espírito Santo) e naufragando marinheiros em território nacional (como em Tijucas Grande, Santa Catarina, e Ilha da Moela, São Paulo) (PARRON, 2018, p. 35)

A situação causou imenso mal-estar no governo brasileiro, que enxergava as ações britânicas como violadoras da soberania nacional. Segundo Bethell (2009, p. 59), “os dois países chegaram perto da guerra”. Ainda que enxerguemos a questão moral do combate ao tráfico de escravos, é difícil caracterizar a ação inglesa nesse caso como não imperialista. O resultado da escalada de tensões foi o esperado quando pensamos num embate entre um país recém independente como o Brasil, e a maior potência do ocidente, a Inglaterra. Em 1850 a lei Eusébio de Queiroz é promulgada e põe fim

oficialmente ao tráfico para o Brasil, rapidamente nulificando a entrada de escravos nos anos seguintes. A consequência desses incidentes foi que as relações diplomáticas entre os dois países no século XIX nunca mais foram as mesmas (e pioraram nas décadas seguintes com a questão Christie em 1862, que fez romper as relações diplomáticas entre os países, sendo reatadas somente em 1865¹¹).

É importante observar que o distanciamento entre Brasil e Inglaterra não era devida somente à questão do tráfico, nem contida apenas no aspecto político, mas também contemplava a opinião popular. Os acordos comerciais entre os dois países historicamente colocaram o Brasil em uma posição menos favorecida economicamente e isso era refletido na balança comercial. Devido aos tratados de 1826, principalmente, as tarifas de importação e exportação favoreciam muito mais a Inglaterra. Segundo Bethell (2012, p. 138): “Em 1842/1843, por exemplo, as exportações brasileiras para a Inglaterra foram apenas metade do valor das exportações britânicas para o Brasil”, e continua: “Em novembro de 1842, quando o diplomata Henry Ellis chegou ao Rio de Janeiro para negociar a renovação, ele encontrou uma imprensa e uma opinião pública ‘absurdamente violentas e impertinentes’, contrários a escravizar o Brasil com tratados” (Idem). Constatamos que o espírito da época no Rio de Janeiro, ao menos nessa questão econômica, era anti-inglês, mas, ironicamente, veremos no capítulo seguinte que esse sentimento não impedia a vinda ou permanência de hábitos e costumes ingleses na sociedade brasileira.

É na segunda metade do século XIX que o Brasil dá início a um processo de modernização mais amplo, possibilitado em grande parte pela ascensão da produção cafeeira e seu potencial de exportação, e vai justificar grande parte dos investimentos em infraestrutura, em especial a implantação de ferrovias, durante o resto do século. Segundo Graham (1968, p. 24), nos 15 anos após 1850 o país foi puxado para o vórtex do mercado internacional, muito devido aos avanços da segunda revolução industrial no campo dos transportes marítimos, mas também à razoável estabilidade da política brasileira, alcançada pelas medidas conciliatórias, ao fortalecimento da economia e a sedimentação do Brasil como um país exportador. Nessa década e meia também foram construídos os primeiros quilômetros da malha ferroviária brasileira (cuja expansão seguiu tímida até os anos 1880, quanto mais comparada à expansão estadunidense), e os primeiros bancos ingleses em território nacional

Um padrão que se manteve da primeira para a segunda metade do século foi a balança comercial. Ao longo do século os Estados Unidos se revelaram um consumidor muito mais ávido do

¹¹ Cabe notar que houve a Questão Christie fez parte de uma série de conflitos de interesses entre os dois países, muitas vezes com relação ao sistema escravista. A crise gerou medo, tanto entre brasileiros quanto ingleses, que o rompimento diplomático tivesse consequências nas relações econômicas entre os países, tendo em vista que eram parceiros comerciais importantes (ainda que a Inglaterra tivesse uma balança comercial muito mais favorável). Houve inclusive, no parlamento inglês da época, aqueles que defendiam a posição brasileira e cobravam inclusive a revogação do Bill Aberdeen e fim do controle do tráfico de escravos no atlântico. (MAMIGONIAN, 2017, n.p.). Todavia, a supressão ao tráfico não parou, e a Questão Christie não teve grande efeito nas relações econômicas entre os dois países.

café brasileiro do que a Grã-Bretanha. Na realidade, de 1855 a 1895 o café nunca superou a exportação de algodão para os ingleses, e só ficou na frente do açúcar nos últimos 5 anos desse período. Em contrapartida, em 1850, por exemplo, os Estados Unidos receberam cerca de 47% do café brasileiro¹² (GRAHAM, 1968, p. 74). No período de 1840 até 1880 40% das exportações de todos os produtos brasileiros eram destinadas aos norte-americanos (BETHELL, 2012, p. 173).

O papel do Brasil em sua relação com os britânicos já foi apresentado neste trabalho: o de consumidor de manufaturas. Não só isso, mesmo o sistema importador/exportador era administrado pelos ingleses, como disse o ministro brasileiro em Londres em 1854 (apud GRAHAM, 1968, p. 73) “o comércio entre os dois países é feito com capital inglês, em navios ingleses, por companhias inglesas. Os lucros,... os juros sobre o capital,... os pagamentos pelos seguros, as comissões, e os dividendos dos negócios, tudo vai para os bolsos dos ingleses.” (tradução nossa). De maneira geral, era difícil para o Brasil superar essa condição de dependência das importações britânicas quando estes controlavam tantos aspectos do comércio.

Quanto ao que era trazido da Grã-Bretanha, novamente vemos o protagonismo dos produtos têxteis, compondo a esmagadora maioria das importações até o final do século. Por exemplo, no período entre 1850 e 1854, o valor desses produtos representaram cerca de 72% de todas as importações vindas da Inglaterra. Nesse mesmo período da década seguinte, de 1860 à 1864, representaram 68%. Até 1890 o valor nunca ficou abaixo de 55% do total importado. (GRAHAM, 1968, p. 330-312). Outros bens de consumo, como produtos alimentícios, peças de vestuário, instrumentos musicais, prataria e porcelanas etc., tiveram representações menores ao longo das décadas, e ficavam atrás de artigos para a indústria, como ferro, carvão e maquinário (Idem).

Somou-se a essa balança comercial desfavorável com a Inglaterra a quantidade exorbitante de empréstimos feitos pelo Brasil na praça de Londres. A necessidade destes advinha justamente do papel do Brasil no mercado internacional, tendo a maior parte de suas verbas arrecadadas por meio de impostos sobre importações, e eventuais quedas nesses valores colocava o país em uma situação financeira fragilizada – sendo corrigida por meio de empréstimos. (GRAHAM, 1968, p. 99). Além disso, A diferença de câmbio entre as moedas brasileiras e inglesas podia tornar o pagamento das dívidas muito mais difícil (Idem). Segundo Bethell (2012, p. 141), “No final do Império, 98% da dívida externa brasileira de 33,6 milhões de libras tinha se originado de empréstimos feitos em Londres”.

O dinheiro inglês não estava presente somente nos empréstimos, mas também era parte importante do processo modernizador brasileiro, na forma de investimentos no setor privado e público.

¹² Houve um surto de importação de café pela Grã-Bretanha nos anos 1860, causado pelo declínio de importações estadunidenses durante a Guerra de Secessão, no entanto o cenário se normalizou, com maior importação pelos Estados Unidos, na década seguinte. (ABREU, 2000, p. 390)

Na segunda metade do século, dinheiro britânico perpassava quase todos os aspectos de infraestrutura e indústria do país. Segundo Bethell (2012, p. 141)

[...] houve investimento de capitais britânicos nos portos e em serviços urbanos – por exemplo, linhas de transporte, água e esgoto no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo: gás no Rio, Salvador, São Paulo, Santos, Fortaleza, Belém e Porto Alegre –, em fábricas de tecidos, assoalhos e cervejas, em bancos e empresas de seguros.

O principal símbolo da modernidade no Brasil foi a já citada rede ferroviária. A primeira ferrovia do Brasil, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, foi fundada em 1855 por iniciativa do Estado e com um empréstimo substancial na praça de Londres (GRAHAM, 1968, p. 52). A iniciativa do governo veio após tentativas frustradas de convencer investidores ingleses para a construção de ferrovias, mesmo com a garantia de taxas de juros sobre os projetos. O objetivo maior das estradas de ferro era ligar as regiões produtoras, principalmente de café¹³, com as zonas portuárias brasileiras a fim de facilitar o escoamento das mercadorias – mas também possibilitou o trânsito de pessoas, por sua vez revelando novas áreas, antes de difícil acesso, para o cultivo de café, expandindo também a fronteira agrícola para o oeste.

Diferentes companhias operaram diferentes estradas de ferro, ao longo da segunda metade do século, com mais ou menos sucesso dependendo da região e – não menos importante – da capacidade de pagar os empréstimos feitos com os bancos ingleses. Segundo Graham (1968, p. 54), “quase todas as linhas que atendiam a região cafeeira de São Paulo também foram conectadas ao mercado financeiro britânico em algum momento” (tradução nossa). Novamente, a questão da diferença cambial as moedas tornavam o pagamento dos empréstimos e juros uma dificuldade considerável mesmo para as companhias mais rentáveis. Além de credores, os britânicos também eram investidores do setor ferroviário e, em 1890, 25 companhias ferroviárias tinham investimento direto inglês, representando cerca de metade de todo o investimento britânico aplicado no Brasil (Ibid., p. 57).

Principalmente nas últimas três décadas do século vemos outras grandes obras de infraestrutura, como a primeira linha de telégrafo; telefonia; redes de tráfego urbano; iluminação a gás; serviços de água e esgoto e, não menos importante, as primeiras usinas de eletricidade do Brasil – a primeira termoelétrica foi fundada em 1883, e o número aumentou para 6 em 1900 (PAULA, 2012, p. 214). Desses projetos, Freyre (2000, p. 62) comenta:

[...] as primeiras fundições modernas, o primeiro cabo submarino, as primeiras estradas de os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de

¹³ Existiram estradas de ferro no nordeste, fora da região cafeeira de São Paulo, que tinham como principal objetivo escoar a produção de açúcar (e talvez algodão e metais como ouro, prata, ferro e cobre), mas nunca foram satisfatoriamente rentáveis, se é que não deram prejuízos. Algumas delas foram a Nova Cruz; a Conde d’Eu; a *Alagoas and Alagoan Brazilian Central*; e a *Great Western of Brazil*, todas de investimento britânico. (GRAHAM, 1968, p. 69, 70).

açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos foram, quase todas, obras de inglês. Quase tudo técnica ou iniciativa britânica.

O trecho acima também nos apresenta um relance do papel inglês na industrialização brasileira. É na segunda metade do século que começam a surgir as primeiras fábricas modernas em território nacional, e a grande maioria delas só foi possível com diferentes tipos de envolvimento britânico. Além do já diversas vezes citado capital inglês, a modernização no setor industrial exigia alguns artigos em particular: carvão, ferro e maquinário. O Brasil tinha não tinha acesso a quantidades razoáveis de carvão para seu processo de industrialização, e tinha de importar quase tudo da Inglaterra. Em 1850 as importações eram pequenas, mas aumentaram rapidamente até o final do século, alcançando cerca de 9% do total de importações vindas da Grã-Bretanha entre 1895 e 1899 (GRAHAM, 1968, p. 127, 332). A maior parte do carvão era consumido pelas locomotivas, mas uma parcela também alimentava os engenhos de açúcar, algodão e farinha. O ferro, assim como o carvão, ganhou destaque nas importações com o passar das décadas da segunda metade do século, sendo trazido em quantidades um pouco maiores que o carvão. Todavia, mesmo sabendo-se da existência do minério em solo brasileiro, até o final do século não houve grandes esforços para criar companhias para a mineração do produto, e a maior parte do ferro continuou sendo importado da Inglaterra (Ibid, p. 130).

Por fim, o maquinário, fator essencial para replicar os fenômenos da revolução industrial em outros países. Os engenhos e fábricas modernas, de algodão, tecidos, farinha e açúcar, necessitavam de maquinário específico, mas também compartilhavam um tipo de máquina essencial para o funcionamento das operações: o motor a vapor, utilizando o carvão anteriormente citado. Ainda que esse maquinário fosse comprado majoritariamente da Inglaterra, isso também variava um pouco dependendo dos proprietários da fábrica. Segundo Graham (1962, p. 131), ao menos no que se tratava das fiações de algodão, quando os donos destas eram brasileiros, o maquinário era comprado de diferentes países da Europa, especialmente da França, sem excluir a Inglaterra. Todavia, quando os donos ou responsáveis pela instalação eram ingleses, o maquinário era sempre inglês. Não é impossível então imaginar que o mesmo acontecia nas outras indústrias. Por fim, deve-se considerar que maquinário industrial é um artigo caro, e empréstimos junto de bancos ingleses eram corriqueiros.

O maquinário e a fábrica pouco valeriam sem os conhecimentos necessários para operá-las, a questão da “técnica” já citada por Freyre. Mão de obra inglesa já era comum nas ferrovias e locomotivas, mas estava também presente em outros setores industriais e de engenharia civil. As fábricas, mesmo as de propriedade de brasileiros, quando não eram geridas por ingleses utilizaram sua mão de obra na instalação do maquinário. Empresas britânicas perceberam rapidamente que trabalhar apenas com operários ingleses seria insustentável – primeiramente, devido ao custo de trazer

um trabalhador para o Brasil e pagar o salário equivalente a se estivesse trabalhando na Inglaterra; mas também dos riscos associados à adaptação desses novos moradores com o país, em questão da sociedade, do clima e das doenças tropicais (GRAHAM, 1962, p. 138). Uma vez que perceberam que um trabalhador brasileiro era capaz de operar máquinas tão bem quanto os ingleses, e sendo pago como um brasileiro, treinar operários nativos se tornou uma preocupação constante, e a tendência nas fábricas ao longo do final do século XVIII seguiu para ter mais brasileiros do que estrangeiros.

De maneira geral, é perceptível que a Inglaterra teve um papel proeminente na modernização do Brasil, tanto no sentido econômico e industrial, como nas relações de trabalho, especialmente em relação a questão da escravidão. As grandes obras públicas e de infraestrutura nas principais cidades do Brasil, como as ferrovias, iluminação pública, linhas de tráfego urbano etc., certamente tiveram um papel em melhorar a vida nos centros urbanos e permitiu o fortalecimento econômico brasileiro, mas podemos ponderar a quão significativa foi essa modernização para a mudança da estrutura social do país. Segundo Paula (2012, p. 222)

Ao fim e a cabo, a economia, gestada entre 1830 e 1889, conheceu processo de modernização e crescimento, sem que os frutos dessa modernização e desse crescimento tenham significado efetivo desenvolvimento econômico, o qual só pode ocorrer, de fato, quando o conjunto da sociedade usufruir de seus benefícios, processo que tem como pressuposto básico a distribuição primária de renda, distribuição não só da renda e riqueza, mas, também e decisivamente, distribuição de habilitações técnico-científicas e direitos de cidadania.

Somos lembrados, então, que apesar de toda essa iniciativa modernizante, e apesar do fortalecimento de ideias liberais no país, o Brasil continuou profundamente desigual durante todo o século XIX, no qual apenas uma minúscula camada da população era beneficiada pelas inovações recém-chegadas. Por fim, apesar da derrocada do processo de industrialização, o Brasil seguiu como um exportador de commodities e importador de manufaturados – um panorama que as elites governamentais, tampouco a Inglaterra, pareciam ter muito interesse em alterar. Fato é que os ingleses não só se fizeram presentes nas grandes obras de infraestrutura brasileiras, mas ao mesmo tempo abriram o mercado brasileiro para a entrada de uma multitude de bens de consumo vindos da Europa e que acharam caminho nos gostos e nos hábitos de consumo do brasileiro, mas também nas ideias de civilização e modernidade.

3 NOVOS COSTUMES E PADRÕES DE CONSUMO

No capítulo anterior tratamos de como a Inglaterra foi um parceiro comercial importante para o início da industrialização brasileira, muito devido ao fornecimento de bens de produção, como maquinário, carvão e ferro. Porém, há ainda uma outra dimensão das importações brasileiras que tange os bens de consumo, e que altera profundamente a vida social nas cidades. A infinidade de produtos manufaturados ingleses, abrangendo alimentos, roupas, móveis, instrumentos musicais, louças, e outras quinquilharias trouxeram consigo a “necessidade” de o cidadão brasileiro aproximar-se do europeu – e a maneira mais óbvia de alcançar esse objetivo é pela imitação do que fazem e, sobretudo, o que consomem.

Segundo Graham (1968, p. 112, tradução nossa):

Grupos urbanos queriam aproximar os modelos criados na Europa em sua organização econômica, estrutura social, atitudes e estilo de vida. Os brasileiros agora deveriam comer alimentos importados, tratar suas doenças com remédios patenteados, perfumar-se com novas fragrâncias, encher suas casas com mobílias estranhas e novos aparelhos sanitários, iluminar suas casas sem óleo, ir para a cidade em grandes velocidades e voltar para subúrbios ajardinados, vestir-se com moda estrangeira e adotar novas formas de recreação, tudo porque os Europeus faziam dessa forma.

Baseados nessa passagem, podemos ponderar possíveis características e possíveis implicações desses novos costumes e consumo brasileiros. O ponto de partida deve ser identificar qual era essa população que almejava, e tinha os meios para aproximar-se, do padrão europeu – e a resposta óbvia são as classes médias e altas urbanas, uma vez que a imitação do modelo inglês só era possível a partir, principalmente, do consumo de bens ingleses. Todavia, existia um conflito claro na realidade brasileira em relação a europeia que não podia ser superado apenas comendo alimentos importados ou vestindo-se na última moda de Paris, a questão de infraestrutura. Ruas estreitas com iluminação a óleo não combinavam com os sobrados ao gosto europeu no Rio de Janeiro no final do século XIX, tampouco a ausência de redes de água e esgoto para atender essas residências. Brasileiros mais ricos que podiam viajar para a Europa voltavam para o Brasil ansiosos pela promessa de modernização do país.

Além disso, vale lembrar que o século XIX no Brasil foi aquele de formação do Brasil como nação independente e, conseqüentemente, de uma criação de identidade nacional que rompesse com o passado colonial. O movimento, ordenado pelas elites aristocráticas do país, foi de tentar direcionar a sociedade brasileira a padrões de civilização, cultura e identidade próximas daquelas das principais potências europeias da época, Inglaterra e França, e não mais Portugal. Isso também explica o porquê, mesmo em períodos de intenso sentimento anti-inglês no país, a influência inglesa sobre hábitos e consumo nunca diminuiu.

Esses fatores nos levam a uma outra questão da influência dos novos gostos europeus no Brasil e seus possíveis reflexos na indústria nacional. De acordo com Graham (1968, p. 124), os novos

gostos por bens importados e a assimilação de costumes ingleses beneficiaram muito pouco, ao menos diretamente, o processo de modernização brasileiro. Todavia, o surgimento desses novos desejos contribuiu para a criação de novas indústrias de bens de consumo, atentas à forma como a sociedade abraçou as novidades europeias e buscando espaço nesses novos mercados.

Os produtos vindos da Europa chegavam ao Brasil pelos esforços de firmas de importação e exportação, quase todas controladas por comerciantes ingleses, algumas locais, outras filiais de companhias inglesas, e tinham escritórios nos principais portos do Brasil, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e, mais ao final do século, Santos. A mercadoria então era distribuída entre as dezenas de comerciantes de artigos importados das principais cidades do Brasil. Os armazéns¹⁴ ingleses se concentravam principalmente nas ruas próximas ao porto e, pelo menos no Rio de Janeiro, posição muito prejudicial para os comerciantes brasileiros já estabelecidos na região. Segundo Freyre (2000, p. 169)

“[...] também eles [os ingleses] foram se apoderando de alguns dos melhores pontos de negócio, com prejuízo dos comerciantes brasileiros, não só desfavorecidos pelo "livre-câmbio" que de repente lhes arrebatou velho monopólio, como desnorteados por aquela invasão brutal de importadores ingleses de artigos europeus”

É difícil definir o número exato de comerciantes de produtos importados, mas é seguro dizer que a maior parte desses produtos eram destinados a comerciantes ingleses. Na capital brasileira, por exemplo, o *Jornal do Commercio* de janeiro de 1850, em sua seção de manifestos de carga de navios aportando na cidade, aponta que a mercadoria chegada da Inglaterra foi distribuída entre 63 comerciantes, 41 deles ingleses (GRAHAM, 1968, p. 83). É importante notar também que o desenvolvimento tecnológico em navegação permitiu, a partir de 1850, a criação de primeira linha de Paquetes ligando o Rio de Janeiro à Liverpool, possibilitando a chegada regular de mercadorias inglesas ao porto da capital todo mês (OLIVEIRA, 2008, p. 4).

Havia ainda outra forma de adquirir os tão desejados produtos europeus junto aos comerciantes, por meio dos leilões. Nestes eram vendidas toda sorte de mercadorias que poderiam ser compradas por qualquer um capaz de dar o lance mais alto. Uma das principais vantagens do leilão sobre a venda direta nos armazéns era exaltar as qualidades de um produto, tornando possível chamar atenção para uma peça. Vale ainda notar que nem todo leilão era organizado por comerciantes, e nos principais jornais das grandes cidades não é incomum encontrar anúncios de leilões sendo realizados por ingleses em decorrência de sua partida do Brasil. Por fim, leilões traziam consigo também a ideia de uma prática europeia – segundo Freyre (2000, p. 225)

Porque os leilões de ingleses tornaram-se desde os começos do século XIX até quase nossos dias um elemento considerável de europeização, ou antes, de reeuropeização, da vida

¹⁴ Armazéns eram estabelecimentos mais comum entre os ingleses, o “comércio em grosso” (FREYRE, 2000, p. 177). Mas é importante apontar a importância dos comerciantes franceses nas lojas cariocas, como lojas de roupas, cabeleireiros, charutarias e floriculturas. Os franceses foram, inclusive, responsáveis pela introdução das vitrines nas casas comerciais (comumente chamados de “caixões envidraçados” nos anúncios dos jornais (FREYRE, 2000, p. 177 apud RIOS FILHO, 1946, p. 240).

brasileira, que o século XVIII afastara tanto da Europa. Tornou-se *chic* frequentar tais leilões, onde o brasileiro sem esforço se impregnava do gosto europeu mais moderno.

Os principais jornais brasileiros no século XIX dedicavam páginas inteiras aos anúncios¹⁵, e é comum encontrarmos armazéns divulgando a chegada de novos lotes vindos direto da Inglaterra, ou o leilão de algum *Lord* ou *Mister* inglês (FREYRE, 2000, p. 225, 227). Não só isso, também eram comuns anúncios em inglês, direcionados aos estrangeiros residentes no país. A forma como eram propagandeados os produtos era muito diferente do que vemos hoje, com estratégias de publicidade que se pautavam mais nas qualidades objetivas dos produtos. Novais (2019, p. 97) define bem os traços gerais desses anúncios

Os produtos importados eram valorizados pela sua qualidade, e o estabelecimento comercial que os vendia garantia sempre contato direto com a matriz internacional. Em tais anúncios a narrativa é objetiva e valoriza-se a variedade das mercadorias postas à disposição do consumidor. Em um outro tipo de publicidade, busca-se atrair a atenção do cliente por meio de um recurso cômico...

Podemos enxergar esses anúncios como reflexos dos novos padrões de consumo e interesses brasileiros, ao mesmo tempo que alimentam novos desejos enquanto divulgam as últimas modas europeias. Devemos também observar que o Brasil não foi o único país alvo da expansão do capitalismo inglês, e não foi o único seduzido pelo comércio e propaganda de produtos ingleses. O mercado inglês dependia de criar necessidades de consumo onde antes não existiam, e então supri-las com os produtos industriais. A hegemonia comercial inglesa abriu portas para uma certa europeização da vida urbana no Brasil, mas que também entrou em choque com as tradições já enraizadas de séculos da vida colonial nos trópicos. Com o tempo o que era de bom gosto e o que era moderno foram sendo alterados para melhor se encaixar aos gostos da Europa, mas esse processo não necessariamente extinguiu os costumes aqui presentes.

Todavia, cabe antes ponderar algumas perspectivas acerca do consumo desses novos produtos, e de certa forma hábitos, que chegaram ao Brasil no século XIX e como se desenvolveram ao longo dos anos. Primeiramente, devemos pensar no consumo em uma ideia não somente de consumir para sanar uma necessidade, seja se alimentar ou vestir-se, mas também na dimensão do consumo como ferramenta para se inserir em um grupo e identificar-se com outros indivíduos com os mesmos hábitos. Nessa perspectiva, fica mais evidente quais o que esperavam alcançar as elites brasileiras quando aderiam às modas europeias: sentir-se também europeu e, de certa maneira, em par com a modernidade. O melhor exemplo disso pôde ser visto, por exemplo, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, onde se concentravam as principais lojas de produtos importados que, segundo Needell (1993,

¹⁵ A estrutura dos jornais brasileiros era, na verdade, repleta de anúncios, preenchendo diversas páginas. Na primeira metade do século era raro qualquer tipo de ilustração que não indicasse algum tipo de subdivisão na página, acompanhada de alguma tipografia diferenciada. Ilustrações dos produtos anunciados permaneceu quase que completamente ausente até o final do século. Freyre (2000, p. 149 apud. WALSH, 1831, p. 238) cita o relato de um sacerdote inglês acerca dos jornais brasileiros por volta de 1830: “O Jornal do Commercio, assim como o Diário impresso naquele papel miserável, e a tipografia tão ruim que é quase ilegível, mas tem maior demanda que qualquer outro. É quase que completamente preenchido por editais e anúncios; toda publicação contendo de 80 a 100” (tradução nossa).

p. 194), ao longo do século tornou-se “o principal local público para a expressão da fantasia de identificação da elite”.

Devemos então pensar nas classes sociais que consumiam esses importados europeus. De todos os estratos da sociedade brasileira, somente a minúscula parte que compunha a elite podia se dar ao luxo de encher suas casas de artigos ingleses e vestir-se com a moda europeia. Os indivíduos das classes classe abaixo, até os níveis mais baixos da pirâmide como escravos e libertos, tinham outras preocupações. Até 1850, segundo Frank (2004, p. 46) “Qualquer dinheiro que houvesse para gastar ia para comida, aluguel e outras necessidades. Qualquer coisa que sobrasse tendia a ser investida em escravos, imóveis e empreendimentos comerciais”, o que indica a ausência de uma cultura de consumo no Brasil na primeira metade do século XIX. Ainda segundo o autor, os produtos europeus eram comumente consumidos, e é possível que tenham existido indivíduos com algumas posses que tentaram imitar as modas europeias, mas os estrangeiros não substituíam as produções nacionais ou superavam gastos em investimentos que geravam retorno financeiro (Ibid. p. 47). A quantidade de anúncios de produtos europeus ofertados a “preços populares” também é um indicador que o consumo desses produtos não era exclusivo a um nicho, e que podiam ser obtidos em maior ou menor quantidade por pessoas de diferentes classes. As limitações não existiam entre aqueles que já faziam parte da elite, tendo em vista que investimentos e fontes de renda consolidadas, possibilidade maior flexibilidade com os gastos.

É a partir da década de 1850 que o consumo é acelerado no Brasil, principalmente no Sudeste, decorrente da expansão da economia cafeeira, obras de infraestrutura, sendo as ferrovias a mais notável, e início da industrialização do país. É importante notar, por outro lado, que a abolição do tráfico transatlântico de escravos e erosão do sistema escravista nas décadas seguintes, aumentou o preço dos escravos e foi tornando impossível a ascensão social por meio desse tipo de posse. Para aqueles que não tinham os meios para investir em propriedades ou empreendimento financeiros, notou-se uma perda de terreno (FRANK, 2004, p. 88). Na segunda metade do século, o que se consumia tornou-se mais importante para aqueles no topo da pirâmide social brasileira, na perspectiva de identificar-se com um grupo, no caso os europeus, discutido anteriormente.

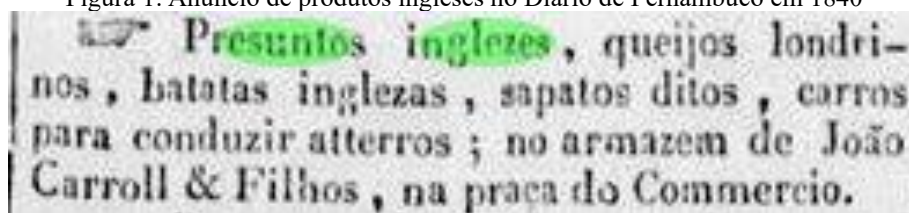
3.1 COMER E BEBER

Hábitos alimentares foram um dos principais elementos a serem alterados pelo intenso fluxo de mercadorias europeias. Entre as elites, mesmo o essencial para a vida deveria ser baseado na maneira que faziam na Europa, afinal, já naquela época a dieta era uma das características mais marcantes de uma sociedade ou cultura. O século XIX presenciou a chegada de diversos alimentos inéditos no Brasil – muitos de origem inglesa, diga-se, mas também diversos italianos, alemães, suíços e, talvez mais notável que os outros, franceses. A questão do novo sem dúvida foi importante

para que os brasileiros adotassem esses produtos aos seus gostos, mas a procedência da mercadoria era o essencial. Cabe, porém, apontar que o fato de ser europeu não era necessariamente sinônimo de qualidade, ainda que fosse vendido como tal. Não havia nenhuma garantia que o produto inglês era superior ao equivalente brasileiro, e devemos lembrar do período de cerca de um mês que tais produtos passavam em navios até chegar ao Brasil. Freyre (2013) aponta que, pelo menos no que se sabe das conservas, muitas chegaram e foram consumidas mesmo em condições deterioradas devido à técnicas limitadas de conservação de alimentos.

O Brasil não era estranho à culinária estrangeira, considerando os séculos na posição de colônia de Portugal já existia a familiaridade com a cultura alimentar ibérica que não foram necessariamente deixadas de lado em benefício dos produtos de outros países europeus – artigos como o bacalhau e o vinho do porto continuaram relevantes e apreciados pelos brasileiros durante todo o século XIX, a diferença é que estes também eram trazidos por navios ingleses junto do presunto inglês, manteiga inglesa e cerveja inglesa (FREYRE, 2000, p. 197, 255). No anúncio abaixo do Diário de Pernambuco encontramos ofertas de uma sorte de produtos que vão de alimentos a utensílios de construção. Quando os armazéns ingleses surgiram, era mais comum serem especializados em um único tipo de produto, mas logo revelou-se mais rentável vender todo tipo de mercadoria.

Figura 1: Anúncio de produtos ingleses no Diário de Pernambuco em 1840



Fonte: Diário de Pernambuco nº 185, Pernambuco, 23 de julho de 1840

Dos diversos alimentos vindos da Inglaterra, merecem destaque o presunto e os laticínios. Presuntos ingleses e queijos londrinos aparecem constantemente nos anúncios durante quase todo o século, às vezes ao lado do queijo parmesão, suíço ou flamengo. Mais importante que esses dois artigos era a manteiga inglesa, que ficou famosa por ser considerada superior à manteiga brasileira ou mesmo francesa. O produto esteve presente na maior parte das importações brasileiras vindas da Inglaterra – segundo Graham (1968, p. 112), em um certo mês de 1850, um único comerciante recebeu 500 barris de manteiga inglesa; e no período de 1856 a 1859 o valor total de importação desse artigo superou £700.000. Nas receitas mais finas do período era a manteiga inglesa (também chamada de manteiga de mesa ou de sobremesa) a utilizada, enquanto a francesa era a de cozinha ou tempero (FREYRE, 2000, p. 255). Por fim, vale comentar a oferta da “batata inglesa” no anúncio, considerando que a batata não é um tubérculo nativo das ilhas britânicas, e, no entanto, esse tipo de batata leva tal nome até os dias atuais.

O uso da farinha de trigo na alimentação brasileira está intimamente ligado à influência inglesa, e de certa forma ao processo industrial do Brasil. A popularização dessa farinha tinha relação com o recém-descoberto gosto pelo pão de trigo, trazido pelos ingleses e comum na Europa, mas não no Brasil – e o motivo era que a cultura do milho e da mandioca, herdadas dos antepassados indígenas, era muito mais presente que a do trigo em terras nacionais, e serviam propósitos similares. Além disso, experiências portuguesas passadas de criar trigo no Brasil não foram bem-sucedidas, em parte por causa do clima – na verdade, o Brasil não é autossuficiente em trigo até os dias de hoje. A maior parte da farinha de trigo consumida no Brasil era importada da Europa (GRAHAM, 1968, p. 146), por exemplo, no quinquênio de 1852 a 1857, o valor médio total da farinha superou o de qualquer outro produto alimentício no mesmo período, alcançando em torno de 4.600:000\$, e disparando para 8.700:000\$ entre 1857 e 1858 (ALMANAK LAEMMERT, 1860, suplemento p. 45).

A farinha de trigo representava também a diferença entre os gostos modernos e antiquados, e durante a maior parte do século XIX o consumo da farinha era tido como um luxo das grandes cidades. Quando o primeiro moinho de trigo brasileiro foi inaugurado em 1886 (a Rio Flour Mills, de investimento inglês), quase foi a falência nos anos seguintes à fundação, devido em grande parte à difícil penetração do produto no interior do país, onde a população era mais pobre e a preferência pelas farinhas de milho e mandioca eram mais enraizadas. Para o gestor da companhia, era motivo de desgosto que esses outros tipos de farinha ainda fossem utilizados para consumo humano (GRAHAM, 1968, p. 148).

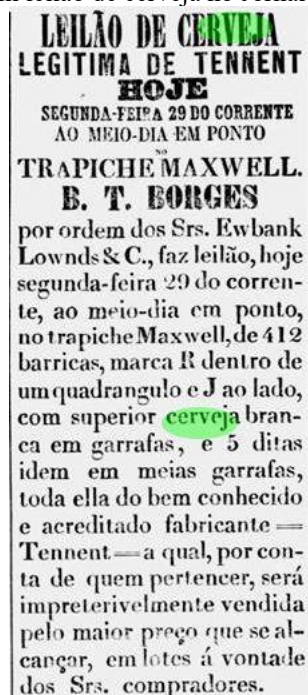
No que tange a bebida, o Brasil recebeu grande variedade de novos produtos, principalmente de teor alcoólico. As bebidas tradicionais brasileiras eram a aguardente, em decorrência da tradição açucareira do país e consumida por praticamente todas as camadas da população; e o vinho do Porto, herança da metrópole portuguesa e apreciada pelas populações urbanas. Esclarecemos anteriormente que o vinho do porto continuou presente nos gostos brasileiros (apesar deste produto ser praticamente uma invenção inglesa decorrente da mistura do vinho com aguardente), mas agora sua chegada ao país era intermediada pela Inglaterra, e junto vieram outros produtos inéditos para o paladar brasileiro, como a cerveja, conhaque, champanhe¹⁶, whisky, rum, gin, e diferentes tipos de licores (FREYRE, 2000, p. 67). Destes, sem dúvida, o que teve melhor fixação nas cidades foi a cerveja, brancas e escuras (*ale* e *porter*) e durante a maior parte do século é comum encontrar diariamente um ou mais anúncios de venda ou leilão¹⁷ nos jornais. O item perdeu bastante do seu valor mais para o final do

¹⁶ O champanhe é de origem francesa, mas, segundo Freyre (2000, p. 84), foi introduzida pelos ingleses e por esse motivo ficou conhecida como “bebida de lorde”.

¹⁷ Aparentemente o Brasil era um consumidor de cerveja relevante o suficiente para comerciantes oportunistas enviassem para cá cervejas de marcas falsificadas. Na edição de 26 de janeiro de 1864 do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, encontramos um alerta aos consumidores da Cerveja Branca de Bass & Co. para que ficassem atentos a falsificações de baixa qualidade do produto sendo vendidas como originais. Para distinguir a original, bastava examinar a inscrição na

século, possivelmente com a expansão das cervejarias nacionais influenciadas pelos imigrantes alemães (GRAHAM, 1968, p. 113).

Figura 2: Anúncio de um leilão de cerveja no Jornal do Commercio em 1866



Fonte: Jornal do Commercio n° 59, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1866

Além das bebidas alcoólicas, Freyre (2000, p. 67) associa a popularização do chá no país a influência inglesa. A infusão de ervas já existia no Brasil há séculos entre os indígenas, com plantas nativas e o contato com o oriente durante o período colonial sempre garantiu a chegada de ervas de chá em portos brasileiros (geralmente vendido em boticas com o nome de “chá da Índia” e usado com fins medicinais) - mas os ingleses tornaram o consumo entre as classes urbanas como algo moderno e de classe. Corroborando com essa afirmação uma quantidade significativa de anúncios de aparelhos de chá (conjuntos de porcelana contendo bules, xícaras e acessórios) nos jornais brasileiros ao longo do século, além de outros anúncios de venda de diversos tipos de chá inglês nos armazéns. Ao mesmo tempo, aderiu-se à rotina das classes mais abastadas o costume inglês do chá das cinco (Ibid., p. 232).

Houve outros diversos produtos ingleses de sucesso no Brasil que valem ser mencionados, como os biscoitos ingleses, molho inglês ou ainda a mostarda inglesa, mas sua influência foi menos significativa que os anteriormente citados. Apesar da grande quantidade de alimentos exportados para o Brasil, a culinária inglesa (a qual não é particularmente notável até os dias atuais, quanto mais comparada a de outros Estados Europeus), não ficou tão famosa no Brasil. De certo existiram pratos ingleses que foram apreciados pela burguesia brasileira, Freyre (2000, 2013) cita a inclusão do rosbife

tampa metálica que cobria a rolha da garrafa e o rótulo contendo o nome da fabricante, Ihlers & Bell (JORNAL DO COMMERCIO, 1864).

e da sopa de tartaruga à dieta desses grupos; e existe ainda um debate se não foram os ingleses que introduziram o consumo de carne de carneiro aos gostos brasileiros¹⁸.

Para finalizar este tópico, é interessante um breve comentário acerca das transformações da culinária brasileira no Império. Quem teve destaque durante o período foram os franceses, que mais aparecem em anúncios de restaurantes e confeitarias. Segundo Karls (2019, p. 8)

Esse status parece se comprovar quando verificamos que vários anúncios eram publicados em francês, como uma provável tentativa de vincular o estabelecimento a um refinamento superior. É bem possível que grande parte da população não tivesse acesso a esses locais que apresentavam em seus menus uma série de pratos tradicionais franceses considerados refinados.

Ainda segundo a autora (Ibid., p. 13), no mesmo período estudado, observamos que a culinária lusitana é menos presente que a francesa. Isso não necessariamente indica que estabelecimentos culinários portugueses existiam em menor número, mas que talvez atendessem a públicos diferentes e fossem estabelecimentos mais populares, daí a menor presença nos anúncios de jornais. De toda maneira, é certo que os pratos lusitanos não desapareceram ou foram substituídos, e receitas de bacalhau ainda eram muito apreciadas pelos brasileiros.

3.2 A CIDADE E AS CASAS

Abordamos no capítulo anterior como o investimento britânico foi crucial para a construção de novas obras de infraestrutura no Brasil, como as estradas de ferro, companhias de esgoto e iluminação. Mas, para além disso, a vontade das classes altas urbanas de viver numa Londres ou Paris dos trópicos agiu para alterar por fora e por dentro as casas das principais cidades do país.

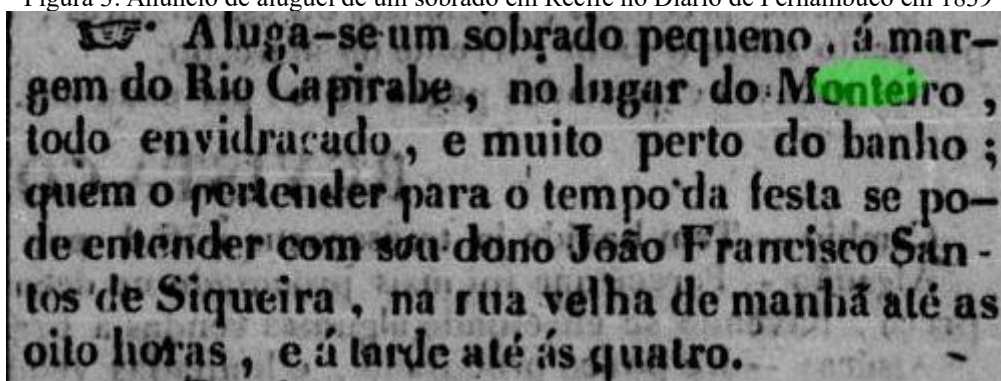
As residências mais afetadas por essa nova europeização foram os sobrados das classes urbanas, cujo tamanho e material de construção variava dependendo do poderio aquisitivo do proprietário. É necessário dar atenção especial a este tópico pois a estrutura das residências foi rapidamente alterada na primeira metade do século para se adequar ao padrão europeu. Se até 1830 eram raros sobrados com mais de dois andares, em meados dos anos 1840 visitantes ingleses já observavam casas de até cinco andares em Recife, e em média três andares no Rio de Janeiro (ARAGÃO, 2008, p. 153-155).

Antigamente pintadas de cores vivas entre vermelho, roxo, verde e amarelo, nessa mesma época, após a abertura dos portos, os tons das casas foram se tornando mais sóbrios, próximos do

¹⁸ Freyre (2000, p. 84), afirma que um certo *Mister Durval* escandalizou a comunidade do Rio de Janeiro ao oferecer um jantar cujo um dos pratos era carne de carneiro, até então rejeitada pelos brasileiros baseada em preceitos religiosos, por associarem essa carne ao “cordeiro de Deus”. Todavia, Cascudo (1967, p. 284-285) afirma que não há qualquer registro confiável de que era esse o caso, e que o mais provável é que se tratava de um boato disseminado pelo inglês John Luccock. A análise de Cascudo também é sustentada pelo fato de que carne de carneiro era comumente consumida e apreciada em Portugal. Por fim, completa que a realidade é que a carne de carneiro das regiões mais quentes do Brasil era menos saborosa que a da Europa, o que talvez justificasse a preferência pela carne de gado.

cinza e azul escuro (FREYRE, 2013). Nas fachadas existiam as gelosias, que foram proibidas pouco após a chegada do Príncipe-Regente e substituídas por janelas de vidro gradeadas – vidro e ferro que, não por acaso, eram também exportados para cá pelos ingleses, e não em pouca quantidade. No recorte abaixo do Diário de Pernambuco podemos ver um anúncio de um sobrado “todo envidraçado” para alugar. Quanto mais janelas, mais valorizado era o imóvel; outros fatores que contribuíam eram também a existência de sótão, mirante, papel de parede, poço com água e jardim (ARAGÃO, 2017, p. 129). Também não era incomum o aluguel de apenas certos andares de um sobrado ou ainda residências com um estabelecimento comercial no piso térreo.

Figura 3: Anúncio de aluguel de um sobrado em Recife no Diário de Pernambuco em 1839



Fonte: Diário de Pernambuco n° 212, 30 de setembro de 1839

Vale ainda notar o aparecimento de aluguel e venda de palacetes nos anúncios do Rio de Janeiro em meados do século XIX, ainda que raros quando comparados a outros tipos de residências. Um sinal de que a cidade crescia, mas também que se ampliou o gosto por residências luxuosas e espaçosas, que pudessem contar com jardins e cocheiras para diversos cavalos. É claro que esse tipo de residência era acessível somente a elite econômica da cidade – para a população mais pobre, se difundiu a criação e expansão dos cortiços.

As ruas das cidades também foram modernizadas, alargadas e pavimentadas com paralelepípedos, brita ou macadame. Segundo Aragão (2008, p. 153)

Nas cidades mais importantes do país, observou-se o processo de calçamento das ruas e criação de passeios junto às construções. Ainda no século XIX, surgiram lâmpões e postes de iluminação nesses espaços públicos e os primeiros exemplares arbóreos alinhados ao longo do calçamento. A rua ganhava status.

Essas obras sem dúvida foram importantes para sustentar costumes tipicamente ingleses adotados pelos brasileiros de posse, como o passeio a pé, ainda que as calçadas fossem estreitas, ou mesmo de carruagem, produto de luxo que chegava da Inglaterra e contava com “lanternas de patente e almofadas de marroquim” (FREYRE, 2013), e em oposição à liteira, na qual o indivíduo era carregado por outras pessoas, sempre escravos. Ainda no exterior das casas, mas no lote, presenciou-se o recuo na frente e dos lados das casas em relação a rua, para sobrar espaço para jardins frontais e

laterais, não com a finalidade de transformá-los em hortas, mas ornamentais como preferido pela burguesia europeia (ARAGÃO, 2008, p. 152)

Tão notável quanto os exteriores das casas e as ruas, o interior das residências nas cidades foi profundamente alterado pela influência europeia principalmente nos móveis e utensílios domésticos. A estrutura dos cômodos foi repaginada em certa medida; com a introdução de janelas, as alcovas foram substituídas por dormitórios completos, para que se aproveitasse a luz natural e manter o ambiente arejado; uma vez implantada rede de esgoto, foram construídas nas casas mais abastadas banheiros; por fim, o *hall* de entrada também começa a aparecer em alguns sobrados (ARAGÃO, 2017, p. 53).

Na segunda metade do século a área interna das casas recebem iluminação a gás, possível pela criação das primeiras companhias de gás na década de 1850. No começo apenas as casas mais ricas podiam arcar com o custo da instalação e manutenção, mas por volta de 1870 mais de 10 mil casas no Rio de Janeiro já dispunham desse privilégio (ALENCASTRO, 2008, p. 85). Ainda no intuito de tornar o ambiente mais notável, as paredes passaram a ser forradas por papel de parede de diferentes cores e detalhes, uma prática bastante comum nas residências burguesas europeias daquela época (FREYRE, 2000, p. 243)¹⁹.

Quanto ao mobiliário, talvez o mais notável no século XIX tenha sido o piano. Um exemplo dos avanços da tecnologia industrial inglesa, os pianos ingleses passaram a ser produzidos com qualidade o suficiente para serem transportados para o Brasil através do atlântico sem grandes avarias. Trazia consigo também a ideia de luxo e requinte, e ter um piano em sua residência tornou-se uma febre entre as classes mais ricas brasileiras. Mais caro que qualquer outro instrumento aqui existente, podemos ainda encontrar anúncios de jornal de pianos novos ou de segundo mão, alugados ou ainda por meio de crediário (ALENCASTRO, 2008, p. 47). A existência desse instrumento musical, que servia mais como móvel ostentatória do que a sua finalidade musical, justificou a criação de um cômodo só para ele nos maiores sobrados e sedes das fazendas, o salão, um ambiente de sociabilidade privado, mas que dialogava com a dimensão pública das relações sociais.

No anúncio abaixo do Jornal do Commercio encontramos um comerciante ofertando diversas marcas de pianos, em sua grande maioria ingleses, mas com a exceção de uma marca francesa. A década de 1850 é quando a importação de pianos atinge seu ápice, e junto dela a concorrência entre fabricantes inglesas e francesas. A francesa Erard chegou até mesmo a abrir uma filial no Rio de Janeiro nessa década (ALENCASTRO, 2008, p. 48). Chama a atenção ainda no anúncio a oferta de

¹⁹ O autor afirma que a prática de forrar as paredes era anti-higiênico e inclusiva condenada pelos higienistas da época, mas não explica os motivos ou seus possíveis males. Podemos imaginar, porém, a possibilidade de que o calor e umidade de cidades litorâneas como Rio de Janeiro e Recife pudesse fazer surgir mofo nas paredes forradas além de possíveis infestações de insetos e cupins.

diferentes tipos de pianos, até mesmo portáteis; é interessante também notar a observação de que são “das mais belas madeiras que existem, fabricados particularmente para este clima.” Nota-se aí a preocupação das fabricantes europeias com o mercado brasileiro. Por fim, não se encontra nem de perto o mesmo número de anúncios de professores ou instrutores de piano no Rio de Janeiro nessa mesma época, o que nos leva a ponderar quantos desses instrumentos eram de fato usados regularmente.

Figura 4: Anúncio de venda de pianos no Rio de Janeiro no Jornal do Commercio de 1855

FRION E RAPHAEL

61 RUA DOS OURIVES 61

PIANOS INGLEZES.
Broudwood e Filhos.

PIANOS INGLEZES.
Collard e Collard.

PIANOS INGLEZES.
Roberto Wornum.

PIANOS INGLEZES.
Charles Godby.

PIANOS INGLEZES.
Allisson e Allisson.

PIANOS INGLEZES.
Ennever e C.

PIANOS FRANCEZES.
Henri Herz.

PIANOS INGLEZES.
Tons e C.

Fôrmas de cauda, meia cauda, gabinete, meio armário, mesa, repetidores, transpositores, portáteis, todos das mais bellas madeiras que existem, fabricados particularmente para este clima. Neste magnifico deposito de pianos encontra-se tudo quanto se pôde desejar, quer na qualidade dos instrumentos, quer nos preços razoaveis, etc.

61 RUA DOS OURIVES 61. (

Fonte: Jornal do Commercio nº 3, 3 de janeiro de 1855

O que não aparece nesse anúncio é tão importante quanto o que está em evidência. Nos anúncios de venda de pianos nos jornais da segunda metade do século XIX, praticamente não se encontram sendo ofertados pianos de marcas nacionais. E não é como se não existissem antes da chegada da opção estrangeira; havia no Brasil duas fábricas de pianos, uma no Rio de Janeiro e uma em Recife (ALENCASTRO, 2008, p. 47). O que podemos concluir disso é que a concorrência estrangeira foi fatal para a indústria brasileira, provavelmente devido não só a melhor qualidade do produto europeu, mas também a disponibilidade no mercado.

Diferentes tipos de mesas, superfícies e armários chegaram ao Brasil e foram postos em casas brasileiras para torná-las mais europeias. Graham (1968, p. 115) cita anúncios de aparadores e *étagères* ingleses (um tipo de estante aberta para objetos ornamentais e porcelanas); podemos ainda

encontrar anúncios para mesas de chá, tudo dito inglês. Algumas dessas mobílias tinham partes em mármore branco, considerado moderno. Porcelana, louças (ambos muitas vezes repletos de adornos dourados) e cristais ingleses tornaram-se famosos entre os mais abastados. Tais artigos passaram a substituir peças vindas da Índia e da China, ainda que estas nunca tenham deixado de existir nas residências brasileiras. Nessas casas, também passou a ser comum nas salas e nas mesas encontrar algum tipo de relógio inglês, e os já citados aparelhos de chá constavam em todas as residências que aspiravam a serem europeias (FREYRE, 2000, p. 231).

Os lares das elites brasileiras foram rapidamente alterados para se enquadrar nos novos conceitos de bom gosto e conforto que se esperam de uma casa. Se no início do século uma visitante inglesa disse que “as casas brasileiras certamente não eram o que um inglês chamaria de lar” (GRAHAM, 1968, p. 115, tradução nossa), os comerciantes europeus se prontificaram para retificar essa condição. O que se seguiu foi um processo de reforma das casas mais abastadas, deixando evidente a distância entre as classes mais pobres e as ricas; no fim da década de 1810 e começo de 1820, Johann Emmanuel Pohl descrevia as casas de apenas um andar no Rio de Janeiro como mesquinhas, já Maria Graham, em 1824, falava de casas de até quatro andares, também na capital, e as considerava “toleravelmente belas” (ARAGÃO, 2008, p. 154). Dentro das casas presenciava-se uma mistura de gostos e influências, da Europa e de artigos do oriente que ainda eram apreciados por aqui, além do que já existia dos tempos coloniais. Os pianos nos sobrados podiam ser ingleses ou franceses, mas neles só se tocavam “músicas de dança, romanças e polcas” (ALENCASTRO, 2008, p. 49).

Quanto ao resto da população, mesmo aqueles que tinham algumas posses, retoma-se o que foi falado no início do capítulo acerca da inexistência de uma cultura do consumo durante boa parte do século XIX. Segundo Frank (2012, p. 46) da década de 1820 a 1850 o consumo de mobílias e outros itens pessoais era baixo quando comparado a outros gastos, e o interior de maioria das casas era rústico, com móveis de baixa qualidade e em pequena quantidade, ou ainda improvisados, e poucos utensílios de cozinha.

3.3 A ROUPA E A MODA

Não bastava consumir alimentos ingleses ou franceses, e mobiliar as casas com peças vindas diretamente do outro lado do Atlântico, se nas esferas públicas o indivíduo não estava em dia com as últimas modas europeia. O século XIX foi um período de intensa mudança no vestuário europeu (principalmente na moda feminina), muito devido à ebulição de novos movimentos artísticos, na crescente facilidade de se trabalhar com fios e tecidos, e a disponibilidade de grandes quantidades de matéria prima para artigos têxteis vindo de diferentes regiões do globo para as indústrias inglesas e francesas. Nesse contexto, fazia parte dos planos britânicos inundar o mercado brasileiro com imensa

quantidade de produtos ligados ao vestuário, começando com tecidos, mas logo expandindo para acessórios e até peças prontas. Levando em consideração o papel proeminente da indústria têxtil na expansão industrial britânica, a importância da exportação desses produtos fica em evidência durante o século em questão, indo além do escoamento da produção inglesa para o mundo colonial, mas servindo a fim de impedir o desenvolvimento de uma indústria nacional brasileira, tornando o mercado para sempre dependente dos tecidos britânicos, tática empregada, por exemplo, na Índia no século anterior.

Nos primeiros anos após a abertura dos portos os principais armazéns ingleses eram especializados em fazendas, tecidos de algodão, linha e lã principalmente. A prevalência de produtos têxteis manteve-se até o final do século do século XIX, como abordamos no capítulo anterior. A maior parte destes eram manufaturas de algodão vindas da Inglaterra, mas no fim dos tempos da colônia e início do Império ainda se viam diversas fazendas indianas como gangas e chitas que há muito já eram usados no Brasil. “Fatos ingleses”, como eram anunciados tecidos vindos da Inglaterra, existiam em menor número, mas também eram vendidos como sendo de melhor qualidade (FREYRE, 2000, p. 157). Tais produtos eram também bastante presentes nos leilões, e vendidos mesmo quando apresentavam algum defeito.

O que define a transição do vestuário brasileiro na época é a mesma tendência que ocorria na Europa no século XIX, uma simplificação dos trajes masculinos, e um vem e vai nos trajes femininos. Nos homens vimos o desaparecimento de roupas com babados com casacas extravagantes, para darem lugar ao terno escuro. Já as mulheres ficaram mais à mercê dos fluxos das artes; no início do século XIX, Laver (2014, p. 155) afirma que “talvez em nenhuma outra época entre os tempos primitivos e a década de 1920, as mulheres tenham usado tão pouca roupa como no início do século XIX”, era o período do neoclássico e dos vestidos de musselina, que na metade do século foi substituída por trajes com dez vezes mais peças e muito mais exagerados. A burguesia brasileira vestiu todos os estilos; o homem vestiu os fraques e coletes, e as mulheres vestiram as camisolas semitransparentes que dariam lugar aos vestidos pesados.

Mas é na segunda metade do século XIX que o vestuário se tornou uma verdadeira obsessão burguesa, tanto na Europa quanto no Brasil. É nesse período que as maiores transformações no vestuário acontecem. Fatos feitos chegavam em maior quantidade e os consumidores estavam mais atentos para o surgimento de novas peças e acessórios. A vasta quantidade de tecidos também possibilitou a expansão do mercado de moda no Brasil, principalmente na década de 1870, com a chegada das primeiras máquinas de costura no país, a fabricação de roupas passa do sistema doméstico, de produção caseira majoritariamente, para a produção em ateliês de costura comandados principalmente por estrangeiros interessados em vestir a elite (MONTELEONE, 2016, p. 267).

Vale notar que, apesar de que os ingleses eram os europeus mais influentes no Brasil e cujos costumes procurava-se imitar, existia uma grande concorrência entre ingleses e franceses, e quem ditava a moda na Europa desde o fim do século XVIII esses últimos²⁰. Na verdade, as principais lojas de roupas e alfaiatarias no Rio de Janeiro e Recife eram de franceses e alguns dos tecidos mais famosos da época eram originários da França, ainda que trazidos pelos ingleses. Isso não quer dizer, porém, que os tecidos ingleses não fossem diversos e numerosos; durante todo o século XIX os tecidos de algodão, seda e lã advindos de várias localidades do império estiveram presentes em todos os mercados da América.

A moda masculina no Brasil, uma vez que se adaptou aos padrões europeus, mudou muito pouco até o final do século. Mauad (2008, p. 228), analisando os retratos tirados da burguesia brasileira, conclui que

o padrão da roupa masculina acompanha as tendências gerais do século XIX e caracteriza-se pelo signo da simplicidade: terno escuro, acompanhado de gravata-borboleta fina, colete preto, camisa branca e a corrente do relógio de bolso.

A principal peça comercializada para os homens era o fraque, a sobrecasaca e o paletó em tons de cinza e preto e azul, feitos principalmente de casimira; de noite ou em cerimônias formais, dava lugar ao smoking; a cartola virou o chapéu da moda, tomando o lugar do tricórnio, e mais tarde seria a vez do chapéu-coco; os calçados eram sapatos ingleses de verniz ou botinas de pelica; os acessórios consistiam principalmente na bengala, ideal para a caminhada de tarde, e no relógio de bolso. Alencastro (2008, p. 86) aponta, porém, para um acessório do início do século que difere muito da moda europeia naquele período: a peruca. Perucas, e o cabelo empoado, haviam caído em desuso no final da década de 1790 na Europa, e no século XIX certamente não se encontraria nenhum inglês ou francês utilizando esse acessório. Já no Brasil as perucas serviam para fins racistas, com o intuito de disfarçar o cabelo crespo de indivíduos negros e pardos, mas não se sustentou por muito tempo (Idem).

No anúncio abaixo de uma casa comercial em São Paulo, em 1862, vemos sendo ofertadas uma grande variedade de peças já prontas e de diferentes materiais. Casacas, sobrecasacas e paletós são as peças mais proeminentes, tanto para adultos quanto para meninos. Podemos encontrar também coletes, além de peças de uso doméstico, como os “robs-chambres” (um roupão), e ceroulas de algodão e linho. Os principais materiais parecem ser a casimira, a seda e o brim. Pele de alpaca também é recorrente em outros anúncios de fraques e paletós ao longo do século. Meninos jovens vestiam roupas muito similares aos dos adultos, mas em miniatura. Mais curioso, porém, é que para crianças é anunciado uniformes, provavelmente fantasias, emulando os trajes de figuras famosas como Luiz XIV e Henrique IV. A casa comercial também não deixa de anunciar que dispões de roupas

²⁰ A moda feminina. A moda masculina foi terreno de disputa entre Inglaterra e França, com a vitória do primeiro. Laver (2014, p. 158) atribui a vitória à superioridade dos alfaiates ingleses em trabalhar com a casimira, sendo capazes de criar peças mais confortáveis e bem moldadas.

para as senhoras, que vão de vestidos a acessórios e utensílios de beleza. Além disso, salientam sua conexão com as melhores fábricas da Europa, garantindo o melhor preço e qualidade dos produtos comercializados. Por fim, no anúncio consta ainda uma peça chamada “dorsay”, um traje inspirado em um famoso dândi parisiense, Alfred Guillaume Gabriel, o conde d’Orsay, e era composto de um sobretudo, um chapéu pequeno e polainas (CATELLANI, 2003, p. 98). Esse traje é típico dos anos 1830 (trinta anos antes do anúncio em questão), e é possível que tenha chegado atrasado no Brasil sem que os consumidores sequer soubessem a inspiração do nome²¹.

Figura 5: Anúncio da loja de roupas e tecidos Au Prophète, no Correio Paulistano de 1862

EM SÃO PAULO

CASA FILIAL DA DO RIO DE JANEIRO

Grande e variado sortimento de roupas feitas para homens, meninos e crianças.

PARA HOMENS.	PARA MENINOS.	FAZENDAS.
Casacas de panno preto. Sobrecasacas de dito. Paletós-sobre de dito. » de còr. » de casemira de còr. Paletós Solferino preto. » Roial. » Gorgorão. » de alpaca preta. » de còr. » de gorgorão de seda. » de dito de seda da India. » saccos de casemira. » de alpaca. Dorsays de panno preto. » de casemira de còr. » de gorgorão de seda. Colletes de seda preta e de còr. » de casimira » »	Colletes de merinós pretos. » de brim branco e de còr. » de fustão » » Calças de casemira preta. » de còr. » de brim branco. » de còr. Robs-chambres de todas as qualidades. Camisas bordadas para casamentos » parisienses. » de morim com peitos de linho. » de morim. » de flanela branca. » de còr. Corontas de linho. » de algodão.	Paletós de panno preto. » de casemira preta. » de còr. » de brim. Jaqueta de panno preto. » de còr. Calças de casemira preta e de còr. Chapéus de feltro. » de casimira. Bonets á fantasia. » de vellado
	PARA CRIANÇAS Desde a idade de 1 até 10 annos. como uniformes de fustão, popeline, seda, sendo este de diversos modelos, taes como: á Luiz XIV, Richelieu, Henrique IV, Zouaves etc.	Panno preto francez. Casimiras pretas francezas. » de còr » Merinós, brims, alpacas, sedas, fustão, etc. = Para fazer sobre medida toda e qualquer obra, tom para esse fim contra-mestre e officines de primeira ordem, podendo apromptar qualquer encomenda com muita brevidade.

No sobrado da mesma casa acaba de chegar um moderno sortimento de chapéus de todos os feitios para senhoras; cortes de vestidos de seda, nobresa, chamelete, cussas, etc., capas de lã, ditas de seda, manchetes, penes de tartaruga, luvas de pelica, ou fim tudo quanto se possa desejar para o toilette das senhoras, e encarrega-se da confecção de vestidos e enxovas para noivas, atañando-se a qualidade da costura, e sendo os preços os mais commodos do que em outra qualquer parte.

As relações directas desta casa com as principaes fabricas da Europa permitem-lhe vender todos os artigos annunciados mais barato do que em qualquer outra casa, todos os artigos annunciados por esta casa se venderão por atacado e a varejo.

Precisa-se de boas costureiras.

(1—15)

Fonte: Correio Paulistano nº01770, 30 de março de 1862 (apud PUELLES, 2014, p. 43)

Já para as mulheres o consumo de novas modas era dispendioso, como era mesmo na Europa, considerando que a moda feminina existia de forma muito menos solidificada que a masculina, mais propensa ao acaso do surgimento de novas tendências. Nesse contexto, principalmente entre as mulheres, Monteleone (2019, p. 10) explica que “o consumo se tornou ao mesmo tempo o principal passatempo das mulheres de elite e o principal meio de diferenciação social”. E continua

“Esperava-se que a esposa de classes média e alta comprasse e gastasse o dinheiro da família de maneira que seu status ficasse evidente. [...] Uma série de novos produtos, serviços e

²¹ Peças cujos nomes eram inspirados em personalidades europeias ou aspectos da sociedade eram comuns, mas algumas vezes outros itens chegavam ao Brasil com nomes diferentes do que se denominava na Europa. É o caso da *dinner jacket* inglesa, que chegou ao Brasil com o nome de smoking, apesar de essas serem peças de vestuário diferentes.

acessórios – roupas, penteados, chapéus, sapatos etc. – que chegam ao porto do Rio de Janeiro, aliada a jornais e revistas especializadas que mostravam a maneira de usá-los comprovavam este fato. As mulheres deveriam conhecer as modas e tentar, “de qualquer maneira”, vestirem-se adequadamente” (Ibid., p. 11)

O vestuário feminino mudou muito ao longo do século. O Brasil recebeu um pouco do estilo neoclássico nas roupas, com vestidos leves e com poucos detalhes bufantes. Já em meados do século 1820, volta a moda os trajes românticos, que persistem mais ou menos durante todo o século XIX, com saias longas, babados e, principalmente, o espartilho, para realçar a figura de ampulheta na mulher. Na década de 1850, os vestidos vindos da Europa deveriam ser usados com armações de crinolina, feitas com arames de aço, fruto dos avanços tecnológicos europeus, substituindo as pesadas e desajeitadas anáguas - depois, deram lugar as anquinhas, para conferir volume à parte traseira da saia, tudo ocupando muito espaço e dificultando a locomoção (Laver, 2014, p. 178, 197). Salto alto, penteados complexos e chapéus grandes completavam o visual de uma mulher que não precisava se preocupar com o trabalho braçal.

Esse ponto da distinção entre diferentes indivíduos é provavelmente o maior objetivo da moda no século XIX, não somente na Europa, mas no Brasil. A aparência tinha o objetivo direto de definir limites entre as classes sociais, o que podia ser fácil para as elites aristocratas, quando comparadas aos indivíduos das classes trabalhadoras, mas essa distinção ia se tornando mais difusa com a ascensão da burguesia e enriquecimento das classes médias no país (SOUSA, 1987, p. 130). À medida que a roupa vai deixando de dar conta de evidenciar a diferença de classes, as regras de etiqueta e a maneira de agir passam a distinguir “o aristocrata rico do homem rico de finanças” (Ibid. p. 137). Convém também ressaltar que comprar roupas e acessórios da moda não era absolutamente impossível para as classes mais baixas da população, mas devido aos custos se tornava mais difícil e podia esbarrar em certos preconceitos. Alencastro (2008, p. 81), aponta que, na década de 1860, “um escravo de ganho podia ter meios para vestir calças bem-postas, um paletó de veludo, portar anel, relógio de algibeira e chapéu coco. Mas tinha que de andar descalço, sinal do seu estatuto de cativo”. Isso reforça a ideia de usar a moda como ferramenta de inclusão na sociedade, ainda que, no caso dos escravos, fossem obrigados a deixar clara sua verdadeira posição social²². Sousa (1987, p. 130) define bem a importância da moda nesse contexto quando diz:

Com efeito, a moda é um dos instrumentos mais poderosos de integração e desempenha uma função niveladora importante, ao permitir que o indivíduo se confunda com o grupo e desapareça num todo maior que lhe dá apoio e segurança. E como as modas vigentes são sempre as da classe dominante, os grupos mais próximos estão, a cada momento, identificando-se aos imediatamente superiores através da imitação da vestimenta.

²² Pode ser interessante refletir o significado do gasto com moda nesse caso. Em uma sociedade como na do século XIX, tão desigual, na qual a ascensão social era muito difícil, e a liberdade por vezes podia parecer ser um horizonte distante, vestir-se na moda podia ser uma medida paliativa para reduzir o abismo econômico e social que separava os indivíduos naquele meio.

Mas, se a moda era mais voltada para as mulheres (e cabe aqui lembrar que moda era uma obsessão burguesa, logo esse tipo de consumo era quase que unicamente àquelas que tinham as condições financeiras para adquirir os novos produtos e manter-se a par das novas tendências), e estar condizente com as tendências era uma de suas tarefas, existia também a necessidade dos jornais impressos em mantê-las atualizadas. Existiram no Brasil durante o século XIX jornais e revistas destinados especificamente ao público feminino, como o “O Espelho das brasileiras”, “O Correio das Modas”, e o “Jornal das Senhoras” (SENA, CRUZ, 2013, p. 68). Revistas desse tipo já existiam na Europa desde o século anterior, mas no Brasil são uma novidade nos anos 1820. No Rio de Janeiro, o principal periódico é o “O Novo Correio das Modas”, de 1853, e seu conteúdo é diversificado, contendo historietas, poesias, regras de etiqueta e conduta e gravuras com representações das últimas modas europeias, geralmente descritas para a leitora. Seu objetivo era educar e orientar a mulher àquilo que se esperava dela na sociedade, de maneira moralizante, ratificando seu papel como mulher (Ibid., p. 79).

Por último, dos mais jovens era esperado que se vestissem da mesma forma como os adultos, como dito anteriormente. O período em que se era considerado criança ia até cerca de 10 anos de idade (PUELLES, 2014, p. 44), e a partir daí já deveriam se adequar as convenções de seu gênero. Sem dúvida adaptar-se às modas europeias deve ter apresentado certas dificuldades, principalmente no que tange as diferenças climáticas entre cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, de clima quente, e as temperaturas mais amenas da França e Inglaterra. Para as mulheres, principalmente, o excesso de tecidos dos vestidos e suas formas exageradas, aliados ao salto alto, tornava caminhar por algumas das ruas mais estreitas e não calçadas das cidades brasileiras muito trabalhoso – tudo isso ainda constricta por um espartilho. Para o homem, era necessário ser como o *gentleman* inglês, de fraque, colete e cartola. Para todos que queriam ser como os europeus, deviam acostumar-se a alguns desconfortos.

3.4 FAZENDO COMO OS INGLESES

A influência inglesa introduziu alguns costumes que não podiam ser apenas comprados, como alimentos ou roupas, mas deviam também ser praticados. Comentamos anteriormente do gosto por passeios a pé e de carruagem, mas ao longo do século tornou-se de bom gosto ler literatura inglesa, francesa, espanhola e italiana, aprender um pouco de inglês e francês, praticar esportes vindos da Europa e ter hábitos de higiene e estética europeus.

O gênero literário mais difundido no Brasil no século XIX foi o romance; o gênero havia experienciado uma trajetória de sucesso na Europa, mesmo após intensos debates acerca de sua função, se era apenas um entretenimento fácil, se tinha alguma utilidade moralizante ou educadora, ou ainda ambos (PEREIRA, 2005, p. 30-37). Fato é que o romance, como gênero literário burguês por

excelência, foi amplamente consumido pelas classes altas urbanas na Europa, principalmente entre o gênero feminino, e não foi de todo diferente no Brasil.

Instalaram-se por aqui gabinetes de leitura, bibliotecas circulantes e livrarias, essas últimas principalmente de comerciantes franceses. Obras de autores ingleses como Defoe, Walter Scott e Anne Radcliffe, geralmente traduzidos para o português a partir do francês, podiam ser encontradas durante todo o século XIX nesses estabelecimentos, e eram comuns em leilões de ingleses anunciados nos jornais (FREYRE, 2000, p. 233). Tais jornais foram fundamentais para que livros se tornassem mais presentes na sociedade brasileira; o *Jornal do Commercio*, por exemplo “levou adiante a prática sistemática de anunciar a venda de novelas, sendo que os romances ingleses continuaram a constar das listas de ofertas disponíveis nas boticas e lojas dos livreiros...” (VASCONCELOS, 2002, p. 234).

O acesso a obras literárias não altera o fato de que a maior parte da sociedade brasileira era analfabeta, e as políticas de alfabetização no país só tem início no final do século XIX com a formação da República, também com um ideal de modernização (MORTATTI, 2006, p. 2). Dessa forma, durante a maior parte dos anos 1800, os que puderam consumir literatura, não só no sentido de poder comprar livros, mas fazer uso deles, foram em sua maioria parte do minúsculo nicho das elites urbanas, em um país substancialmente rural. Todavia, isso não quer dizer que aqueles que não sabiam ler não tiveram qualquer contato com livros ou tiraram algum proveito deles. Segundo Vasconcelos (2002, p. 240), o hábito da leitura em voz alta no ambiente doméstico por aqueles letrados, aproximou indivíduos analfabetos, principalmente criados e escravos, da literatura de certa forma.

Dos que sabiam ler, os principais consumidores de literatura no Brasil eram mulheres; para elas fazia parte de um processo de lenta libertação da “clausura colonial” e subordinação à moda europeia (SODRÉ, 1966 apud VASCONCELOS, 2002, p. 239). Todavia, não devemos esquecer que o país também foi palco dos debates acerca dos possíveis malefícios causados pela leitura dos romances, e isso serviu para que se limitasse o acesso feminino a obras literárias que pudessem fazê-las querer expandir suas liberdades. Segundo Moraes (1998, n.p.) “Às leitoras do século XIX, conforme se pode observar, recomendava-se a prática de leituras amenas e delicadas, cujas temáticas girassem em torno de amores românticos e bem-sucedidos.”

Os romances ingleses foram bastante influentes entre escritores brasileiros oitocentistas, como Machado de Assis e José de Alencar, e inclusive algumas dessas obras são referenciadas em histórias brasileiras; as personagens de Machado de Assis, por exemplo, diversas vezes apareciam lendo *Sinclair das Ilhas*, de Elizabeth Helme (PEREIRA, 2005, p. 50). Mas, apesar dos romances serem o gênero mais difundido, também chegou ao Brasil diversos escritos de filósofos europeus, como John Locke e Adam Smith, além de livros e periódicos de conhecimento técnico, como o *The Lancet*, voltado para a medicina (FREYRE, 2000, p. 280).

Aprender a falar na língua estrangeira tornou-se mais valioso no Império, e até mesmo obrigatório em alguns casos – a partir de 1831, por exemplo, era necessário conhecimento da língua inglesa para ingressar em cursos jurídicos no país (OLIVEIRA, 1999, p.34) – além disso, várias palavras estrangeiras haviam se instalado no repertório burguês brasileiro. Nesse contexto, não é incomum encontrar anúncios de professores particulares de francês e inglês nos jornais da época. Um robusto anúncio no *Jornal do Commercio* de 7 de janeiro de 1860 oferta um “grande curso das línguas francezas e inglesa”, de professor com oito anos de experiência, garantindo que seus alunos conseguiriam, em pouco tempo, ler, escrever, falar e traduzir as duas línguas. Em outro anúncio, de 15 de maio de 1869, um professor de inglês salienta ser aprovado pelo supremo conselho de instrução pública e garante a eficácia de suas aulas.

O século XIX foi palco da difusão de clubes sociais, com diferentes teores, mas principalmente literários e políticos. Todavia, juntos desses vieram surgiram clubes recreativos, de dança, arte e música, e que então possibilitariam a existência dos primeiros clubes esportivos (MELO e GOMES, 2019, p. 9). A prática de esportes foi adotada pela burguesia brasileira devido ao contato com o europeu, especialmente o inglês. Na verdade, a ideia de praticar esportes era inexistente no Brasil até a chegada do estrangeiro, que a tinha parte integral de socialização. Segundo Melo (2010 apud KARLS, 2017, p. 30)

os momentos iniciais da prática esportiva devem-se aos ingleses [...] A organização de eventos “esportivos” (nesse momento o campo ainda não estava efetivamente delineado) era uma das formas de recrear típicas atividades britânicas de diversão, de gerar mecanismos de autoidentificação, de minimizar as dificuldades de viver em uma cidade que parecia bastante provinciana para quem vinha de um país em grande efervescência.

O esporte se torna então um símbolo de modernidade e de evolução cultural. O Jockey Club rapidamente se integra aos espaços de sociabilização mais bem quistos, junto dos cafés e confeitarias. Ao mesmo tempo que se combatia a prática de jogos de azar, apostar em corridas de cavalo, no turfe, um divertimento de cavalheiros (KARLS, 2017, p. 39). Fica claro que, pelo menos durante o império, o esporte não era uma atividade globalizante ou equalitária, e ao mesmo tempo trazia consigo uma ideia higienista de quem podia e não podia praticar esportes, ou mesmo assisti-los. De toda forma, isso não impediu a popularização dos Jockey Clubs, dos clubes de regatas ou dos clubes de cricket no Brasil, mesmo que esses últimos tenham sido frequentados quase que exclusivamente por ingleses até a década de 1870 (MELO, 2017, p. 182). No recorte abaixo, do *Jornal do Commercio* de 1854, podemos ver lado a lado anúncios do Jockey Club e do British Cricket Club. Percebe-se a exclusividade do clube de críquete pelo simples fato do anúncio estar escrito em língua inglesa, claramente destinado aos moradores britânicos da capital. No anúncio do Jockey Club, nota-se a referência ao nome de Major Suckow, alemão empresário no ramo de carruagens de luxo e provavelmente o maior propagador do turfe no Brasil.

Figura 6: Anúncio do Jockey Club Fluminense e do British Cricket Club no *Jornal do Commercio* de 1854



Fonte: Jornal do Commercio nº 00224, 14 de agosto de 1854

Comentamos brevemente acerca do higienismo no esporte, mas é preciso compreender que os ideais higienistas atingem seu ápice a partir dos anos 1870 no Brasil, uma tendência vinda diretamente da Europa e intimamente ligada com o processo de modernização (tanto na infraestrutura quanto no pensamento) da sociedade brasileira. O discurso higienista pôs em prática, principalmente na segunda metade do século, uma série de ações que alteraram o panorama de saneamento, e ao mesmo tempo aprofunda a desigualdade nas grandes cidades.

Mas ideias higienistas vão além de influenciar as ações do Estado, e motivam novos hábitos no indivíduo. Em uma perspectiva do consumo, talvez nenhum outro item representou tão bem tais ideais como o sabonete. Nas páginas dos principais jornais brasileiros daquele século, um dos itens mais comuns é o sabão inglês. Não por acaso, pois no século XIX a Inglaterra conseguiu transformar um produto monótono em uma mercadoria fetiche, e não somente por suas qualidades naturais, mas segundo McClintock (2010, p. 309) “O sabão florescia não só porque criara e preencheria um vazio espetacular no mercado doméstico, mas também porque, como mercadoria doméstica barata e portátil, podia persuasivamente mediar a poética vitoriana de higiene racial e do progresso imperial”. Dito isso, o produto só era barato e podia ser produzido em larga escala devido ao excedente de matérias primas para sua manufatura vindas das colônias britânicas. Como com vários outros produtos, gerou-se uma necessidade para o sabonete e a ele foi atribuído a ideia de modernidade. A autora continua

“De qualquer maneira, a obsessão vitoriana com o algodão e a limpeza não era simplesmente um reflexo mecânico do excedente econômico. Se o imperialismo extraía grande quantidade de algodão barato e óleos para sabão do trabalho colonial forçado, o fascínio da classe média vitoriana com corpos limpos e brancos e roupas limpas e brancas derivava só da exploração desenfreada da economia imperial, mas também dos domínios do ritual e do fetiche.” (Ibid, p. 313)

Dessa forma, num país como o Brasil, ávido consumidor de produtos e ideias britânicos e ainda com uma complexa questão racial (antes e depois da abolição da escravidão), era de se esperar que o sabão fizesse sucesso por aqui²³, sendo vendido não só com base em suas propriedades aromáticas ou higiênicas, mas também como um remédio capaz de curar problemas de pele e além.

²³ Aparentemente sucesso o suficiente para, tal qual ocorreu com cervejas, ser alvo de falsificações. No Jornal do Commercio de 19 de maio de 1966 encontramos um anúncio avisando para que consumidores do sabão bareginoso Gréoux ficassem atentos a uma falsificação que estava sendo vendida em uma loja na rua do Ouvidor. Para identificar a falsificação, bastava observar a cor cinza, ao passo que o produto original era cor de rosa. O anunciante salienta que a falsificação poderia causar malefícios à saúde pública, e não possuía nenhuma das muitas qualidades do produto original.

Ainda que não constem nos jornais brasileiros da época, é possível que as propagandas racistas de sabonete que prometiam o branqueamento da pele, como a da Pears Soap (Ibid, p. 317) tenham alcançado o Brasil de alguma forma. O seu consumo era entre a população mais abastada, segundo Freyre (2010, n.p.)

Uma das gabolices de alguns sobrados ilustres era que deles escorresse para a rua a água dos banhos mornos. Água azulada pelo sabonete fino e cheirando a aguardente de qualidade. Os fidalgos das “cazas nobres” se orgulhavam de não feder a negro nem a pobre. [...] Quanto à gente dos mucambos, é claro que entre ela o luxo do sabão não se desenvolveu.

Considerando então que esses produtos eram de mais difícil acesso entre as populações mais pobres, e tinham valor não só higiênico, mas medicinal, podemos ponderar quais outros produtos e serviços de saúde eram negados e inacessíveis entre essas classes.

Outros produtos ligados à higiene e estética chegaram ao Brasil. Tinturas para cabelo e sabonete para barba, perfumes e águas florais. Desses, nenhum parece ter feito sucesso quanto o sabão. Encheram também os jornais anúncios de fármacos e unguentos milagrosos, capaz de curar uma infinidade de moléstias, de problemas de pele até sífilis. Constam ainda xaropes e pílulas, muitos associados a algum doutor de nome inglês ou francês. Percebemos então que, no Brasil oitocentista, ser higiênico como o europeu significa criar distância dos brasileiros negros e pobres.

3.5 ANÚNCIOS NOS JORNAIS INGLESES

Pode ser interessante, a título de comparação com os jornais brasileiros, analisarmos como eram os anúncios em jornais ingleses publicados no Brasil no século XIX. Para tanto, escolhemos o *The Anglo-Brazilian Times*, periódico quinzenal distribuído no Rio de Janeiro entre 1865 e 1884, mas que passou a ter quatro publicações por mês a partir da década de 1870. A justificativa da escolha se dá pelo fato que nessa época já existia uma comunidade considerável de ingleses no país, e estes já estavam adaptados à realidade brasileira. O jornal nos dá informações sobre alguns aspectos da vida desses imigrantes britânicos no Brasil, e quais eram seus interesses no âmbito do consumo.

Primeiramente, a estrutura do jornal era similar com as publicações brasileiras. O *Anglo-Brazilian* contava com 4 páginas, sendo que duas eram geralmente destinadas a notícias acerca da situação política e econômica brasileira e, em menor número, notícias relacionadas ao império britânico e do mundo. Cerca de uma página era dedicada a informes comerciais, como relatórios financeiros, sumários de preços de diversos itens e embarcações estrangeiras nos portos. Nas primeiras edições do jornal, em 1865, existiam poucos anúncios, mas logo o número foi se expandindo até chegar a ter uma página dedicada para eles, além de invadir outras páginas em algumas ocasiões.

Alguns tipos de anúncios são constantes durante toda a existência do jornal, de 1865 a 1884. Ofertas de seguros aparecem em praticamente todas as edições do periódico, assim como outros

serviços financeiros como bancos. Esses dois tipos de anúncio são os mais presentes no jornal até seu último ano de publicação. No fim da década de 1860 e começo da de 1870 o tipo de anúncio é diverso; na edição de 06 de julho de 1870 já encontramos anúncios de munição para caça esportiva, maquinário agrícola e industrial e produtos como molho Worcestershire e soluções de magnésia.

No final da década de 1870 começam a aparecer anúncios de residências, e se tornam constantes nas edições de 1880. Apartamentos são os mais comuns, mas saltam aos olhos ofertas de chalés e de “villas”. Nos anúncios abaixo de 1880 vemos exemplos dos três tipos de casas

Figura 7: Anúncio de residências no Rio de Janeiro, publicados no *The Anglo-Brazilian Times* de 1880

<p style="text-align: center;">TO LET</p> <p>Furnished apartments for FAMILIES and SINGLE GENTLEMEN, with Board, 2 minutes walk from the Bonds. Good shower baths and a most healthy locality. Rua das Laranjeiras No. 96.</p> <hr/> <p style="text-align: center;">VILLA MOREAU</p> <p>Established especially for families; in Andarahy Pequeno, opposite the Bond Station. Choice table; handsome, airy rooms; large and most pleasant bath, with running water. Likewise douches, shower bath, etc., etc.</p>	<p style="text-align: center;">APARTMENTS</p> <p>To let Apartments, furnished or unfurnished, with or without board. Good, airy rooms, and Shower Bath. At No. 34, Travessa Alice, rua de D. Luiza.</p> <hr/> <p style="text-align: center;">TO LET</p> <p>In Andarahy Pequeno, the most healthy of all the Suburbs of Rio. a</p> <p style="text-align: center;">HANDSOME CHALET</p> <p>with every accommodation necessary for a respectable Family: -- Drawing-room, Dining-room, three bedrooms (one upstairs), hall, large terrace, lower rooms for servants, etc. Enquiries may be made at this Office, or at the Muda on the Tijuca line.</p>
--	---

Fonte: *The Anglo-Brazilian Times* nº 12, 25 de março de 1880

As villas e os chalés foram modas que se difundiram nos subúrbios do Rio de Janeiro nos últimos anos do século XIX e eram residências tipicamente europeias que contavam com espaço para jardins frontais ou laterais. Segundo Aragão (2017, p. 140-142), ambos se destacavam dos demais tipos de residência não só pela arquitetura (as villas eram palacetes e os chalés eram de estilo europeu, com a empena voltada para a rua), mas pela existência de jardins frontais e laterais na maior parte delas. O que vale destacar é que as duas residências ofertadas nesse anúncio estavam localizadas no bairro de Andarahy Pequeno, declarado pelo anunciante como “o mais saudável dos subúrbios do Rio”, e algo similar aparece na oferta do apartamento na Rua das Laranjeiras, citada como uma localidade “bastante saudável”. A ideia do higienismo é evidente nesse contexto, e é seguro afirmar que o custo habitacional dessas regiões devia ser bastante restritivo para a maior parte da população carioca. Unindo esses anúncios com os outros citados, de serviços de seguro e de bancos, podemos concluir que o público inglês leitor do *Anglo-Brazilian* deveria ser mais abastado que muitos brasileiros.

No mais, além de ofertas de serviços como marceneiros, carpinteiros e consultórios médicos, o jornal inglês difere do *Jornal do Commercio*, por exemplo, na mesma época. São poucos os anúncios ofertando bens alimentícios que vão além do molho inglês, assim como anúncios relacionados a moda ou os diversos produtos farmacêuticos que aparecem no jornal brasileiro. Além disso, não constam

ofertas de leilões, nem mesmo de ingleses. O que se destaca são artigos como maquinário industrial, como motores a vapor, como na edição do dia 08 de agosto de 1882, ou ainda ofertas de locomotivas, como aparece na edição do dia 01 de junho de 1884. É certo que os ingleses que habitavam o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX consumiam outros periódicos, e isso fica claro pelos anúncios em inglês que existem nos jornais brasileiros da época – mas o que era ofertado especificamente a estes ingleses em um jornal destinado a eles, como era o *The Anglo-Brazilian Times*, teve um foco diferente, com mais serviços financeiros e bens de produção, e menos bens de consumo.

4 CONCLUSÃO

As relações entre Brasil e Inglaterra no século XIX foram peculiares por uma série de fatores que influenciaram como os brasileiros daquela época lidaram com a chegada dos produtos ingleses e como se desenhou o consumo não só daquilo que era material, mas também de novos hábitos e costumes. Ao longo do século, foi imposta sobre o Brasil uma ideia de modernidade baseada no exemplo da Europa, mas que não aconteceu sem um embate entre os setores mais tradicionais da elite brasileira, cuja atenção continuava no modelo escravagista em um país substancialmente rural, e uma elite mais progressista, com aspirações a industrialização e urbanização do país. O papel da Inglaterra nesse conflito de interesses foi importante em possibilitar o início da modernização no Brasil que, no começo do século, teve de começar a superar o passado colonial, mas não se pode esquecer quais eram os interesses ingleses no processo.

A maneira como a Inglaterra transformou o Brasil em seu mercado cativo foi diferente do que fez com suas colônias na América do Norte ou com a Índia, nos quais houve uso de recursos militares diretamente para assegurar uma posição privilegiada – e no caso da Índia, estabelecendo um domínio colonial em uma região que já possuía reinos e governos bem estabelecidos. O Brasil não somente fez parte das relações entre Portugal, sua metrópole colonial, com a Inglaterra, como também se tornou dependente da influência inglesa no mundo uma vez que anunciou sua independência política. A posição diplomática inglesa favorável foi significativa para solidificar a hegemonia comercial inglesa no Brasil, especialmente uma vez que este passou a fazer parte do mercado mundial. Não havia mais a interferência ou privilégio português, mas, em compensação, praticamente todas as importações e exportações eram feitas pelos ingleses, além dos diversos outros privilégios que acumularam no início do século.

Nesse ponto, podemos retomar a ideia da Inglaterra quase como uma segunda metrópole logo após a independência, como citado por Freyre (2000, p. 89). Acredito que o termo implica em um controle muito mais totalizante do que realmente era, e uma ausência completa de autonomia brasileira nas relações. Bem ou mal, a resistência do governo em abolir o tráfico de escravos através do Atlântico nos prazos estipulados é um sinal importante de resistência aos mandos ingleses, assim como a forma pela qual lidou com a Questão Christie. Todavia, seria inocente afirmar que a Inglaterra foi apenas um parceiro comercial privilegiado. O fato de, junto das taxas reduzidas de importação, os ingleses terem gozado de juizados especiais no Brasil, indica uma relação com traços de colônia-metrópole. Além disso, a pressão pelo fim do tráfico de escravos também é uma política imperialista vinda da Inglaterra, e ocorreu uso de força contra navios brasileiros nos anos 1850 para dar fim a esse tipo de comércio no atlântico. Bethell (2009, p. 59) cita esse uso de força como o único caso de “imperialismo informal” entre os dois países. Penso, porém, que não é de todo absurdo o uso de

império informal, com algumas ressalvas, no caso da relação entre Brasil e Inglaterra, levando em consideração que o sistema escravagista era um dos pilares econômicos e sociais brasileiros, e sabia-se que pôr fim ao tráfico teria efeitos imediatos na sociedade brasileira.

Na questão da modernização do país, num sentido de industrialização e infraestrutura, a Inglaterra foi central para dar início ao processo. Os investimentos ingleses e as parcerias comerciais foram vitais para que o desenvolvimento do mercado brasileiro principalmente em bens de consumo. Mas, mais importante, o investimento em ferrovias no sul e sudeste do país nos anos 1850 possibilitou a expansão do principal produto de exportação brasileiro na metade do século XIX e além, o café, mas também facilitou o escoamento de diversos outros tipos de produto do interior do país até os portos. Além disso, investimentos em indústrias de energia e saneamento acelerou o desenvolvimento urbano e abriu caminho para uma melhora de vida nas cidades²⁴.

Podemos, nesse contexto, refletir acerca da possibilidade de um processo de industrialização sem investimentos diretos de agentes externos, nesse caso, os ingleses. Segundo Haber e Klein (1997, p. 261), fatores internos como altos custos de transporte (suavizados com a expansão das ferrovias), a existência da escravidão e ausência de intermediários financeiros bem desenvolvidos tornavam o panorama brasileiro hostil ao desenvolvimento industrial – e mesmo indústrias que receberam investimento estrangeiro passaram por dificuldade ou faliram na segunda metade do século²⁵. Além disso, devemos considerar que existia uma parcela grande das elites comerciais e políticas brasileiras que não concordava com a industrialização do país, e defendia manter o Brasil como um país exportador de commodities.

Por fim, podemos abordar quais foram as consequências da importação maciça de manufaturados ingleses para o Brasil. Como apontado por Frank (2012) e comentado no capítulo anterior, a ideia de um consumo imitativo de bens não se sustenta, ou seja, não houve no século XIX um desvio no consumo da população geral de produtos nacionais para exclusivamente produtos europeus. O que aconteceu, na realidade, é que as manufaturas importadas foram incorporadas à sociedade brasileira, com algumas fizeram mais sucesso que outras e sendo consumidas em maior ou menor número dependendo do poderio econômico do indivíduo. Não sumiram dos anúncios de jornais artigos produtos ou comércios brasileiros, apesar de terem passado a dividir espaço com os europeus que eram geralmente vendidos como de melhor qualidade.

Nesse tópico, surge a dúvida se as manufaturas europeias prejudicaram o mercado nacional - afinal, erodir a indústria têxtil indiana e substituir sua produção por importados ingleses foi a principal

²⁴ Não podemos esquecer que o problema da desigualdade, do um desenvolvimento urbano desorganizado e na ausência de políticas socializantes se traduziu na demora para implantação e baixa qualidade dos serviços prestados às camadas mais pobres da população. Todavia, esse problema no Brasil não é particular do século XIX, e perdura até os dias atuais.

²⁵ Foi o caso da Rio da Flour Mills, citada no capítulo anterior, que quase faliu nos anos 1880, ou ainda a Rio de Janeiro Central Sugar Factories que chegou a falir nessa mesma década (GRAHAM, 1972, p. 151).

estratégia da Inglaterra para impedir o crescimento de um competidor ao mesmo tempo que criou um mercado cativo para seus produtos. Se esse era um dos objetivos, não funcionou da mesma forma que no subcontinente indiano. Segundo Haber e Klein (1997, p. 261), a ideia de que os importados ingleses tomaram o lugar de produtores brasileiros não se sustenta. Como exemplo, citam a indústria têxtil mineira entre a década de 1820 e 1850 – a maior do país, ainda que sem um sistema fabril moderno – continuou a exportar quantidades consideráveis de tecido de algodão para outras regiões do Brasil. Porém, é plausível que algumas indústrias de nicho tenham sofrido com a competição inglesa. Como observado por Alencastro (2008) e citado no capítulo anterior, a indústria brasileira de pianos não teve muitas chances contra os produtos ingleses e franceses, e o mesmo pode ser dito da indústria de carruagens.

O maior efeito dos produtos ingleses e do resto da Europa talvez tenha sido, afinal, na ideia de modernidade, luxo e bom gosto atribuído a eles. Vimos segundo Frank (2012) e Needell (1993) que o grosso do consumo de produtos importados eram entre que já faziam parte da elite econômica e política da sociedade brasileira, aqueles com influência o suficiente para ditar quais deveriam ser os valores aspirados por esse novo Brasil urbano e moderno. Era essa elite que podia se ditava a moda, apesar de que eles também estivessem, na maior parte do tempo, replicando gostos europeus.

A hegemonia inglesa no âmbito de importação e exportação não serviu apenas para seus produtos. Ao longo do século XIX chegaram ao Brasil artigos de diversos outros países da Europa - principalmente da França que teve um papel igualmente notável na moda, culinária e arte brasileira - e vários desses artigos competiram por espaço e relevância com os artigos ingleses. De toda forma, fato é que a maioria desses produtos eram trazidos por firmas inglesas em navios ingleses.

Talvez em um país menos desigual e mais urbano, diferente do que era o Brasil no século XIX, os produtos e costumes ingleses tivessem maior penetração entre as classes médias e pobres, no entanto, da maneira que se desenhava a sociedade brasileira, os aspectos e ideias de cultura e modernidade vindos da Europa se proliferaram mais entre a elite do que qualquer outro grupo, e usaram dessa condição para solidificar suas posições no topo da sociedade. Needell (1993) define bem quando afirma que

[...] cada aspecto da cultura e sociedade de elite tendia a reforçar os outros, de tal maneira que, em 1900, um membro da elite carioca era parte de uma cultura profundamente eurófila, que influenciava, de forma natural e hegemônica, todas as facetas de sua vida enquanto membro do estrato dominante.

Ao longo deste trabalho buscamos analisar quais os efeitos da presença inglesa no Brasil no século XIX, e podemos constatar que diversos dos hábitos trazidos para o Brasil não foram apenas uma moda passageira, mas se enraizaram na sociedade brasileira e podem ser encontrados até os dias atuais. Seja em anglicismos na língua, em hábitos alimentares ou na decoração dos lares, são visíveis

as consequências da forte influência inglesa no século XIX e na formação do Brasil independente. Por fim, podemos visualizar quão significativa foi a presença desses produtos e hábitos na formação de uma cultura do consumo, e como a ambição de alcançar um ideal de modernidade europeu ocorreu na construção, no imaginário popular brasileiro, de que o produto ou costume europeu é de melhor qualidade ou reflete bom gosto, ainda que este não fosse sempre o caso nem mesmo no século XIX.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, João. **Três séculos de modas**. 1. ed. Pará: Tavares Cardoso & ca. 1923. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2346>>
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**, volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. **Almanak Laemmert**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1850 – 1860
- ANDRADE ARRUDA, José Jobson de. O algodão brasileiro na época da revolução industrial. **Am. Lat. Hist. Econ**, México, v. 23, n. 2, p. 167-203, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532016000200167&lng=es&nrm=iso>
- ARAGÃO, Solange Moura Lima de. A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX. **Em Tempo de Histórias**, v. 12, p. 151-162, 2008.
- ARAGÃO, Solange de. Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX. 2. ed. São Paulo: Blucher Open Access, 2017.
- BECKERT, Sven. **Empire of Cotton: A Global History**. 1. ed. New York: Alfred A. Knoff, 2014
- BETHELL, Leslie. **'O Brasil no Mundo'**. In: A Construção Nacional: 1830-1889 vol. 2 História do Brasil Nação. Org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012
- BETHELL, Leslie. A Presença Britânica no Brasil, 1808-1831. **Revista IHGB**, v. 476, p. 305-322, jan/abr. 2018. Disponível em <<https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-476/item/108613-a-presenca-britanica-no-brasil-1808-1831.html>>
- BETHELL, Leslie. A presença britânica no império dos trópicos. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 22 No 1 jan-Jun: O Império nos trópicos, v. 22, n. 1, p. 53-66, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107514>>. Acesso em: 11 mar. 2021
- BROADBERRY, Stephen. GUPTA, Bishnupriya. **Cotton Textiles and the Great Divergence: Lanchashire, India and Shifting Competitive Advantage, 1600-1850**. In: The Rise, Organization, and Institutional Framework of Factor Markets, 2005, Utrech. Disponível em: <http://www.iisg.nl/hpw/papers/broadberry-gupta.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- CAMARA CASCUDO, Luis da. **História da Alimentação no Brasil: Cardápio Indígena, Dieta Africana, Ementa Portuguesa**. São Paulo. Editora Companhia Nacional, 1967.
- CARVALHO, João D. A. C do L. As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra e a lei de 1831. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, XV. 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337913347_ARQUIVO_ArtigodaANPUH.pdf
- CARVALHO, João D. A. C. do L. Para britânico lamentar? As relações entre Brasil e Inglaterra e a Lei de 1831. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 9-17, set./dez 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/14492/pdf>.

- DAWE, Jennifer Ann. **History of cotton-growing in East and Central Africa** : British demand, African supply. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Edimburgo. Edimburgo. 1993.
- FRANK, Zephyr. **Entre Ricos e Pobres: O Mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro Oitocentista**. São Paulo: Annablume, 2012.
- FREEMAN, Joshua B. **Behemoth: A History of the Factory and the Making of the Modern World**. New York: W. W. Norton & Company, 2018
- FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil: Aspectos da influencia britanica sobre a vida a paisagem e a cultura do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1. ed digital, São Paulo: Global Editora, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GRAHAM, Richard. **Britain and the onset of modernization in Brazil: 1850 -1914**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1972.
- GUIMARAES, Carlos Gabriel. A presença inglesa no Império Brasileiro: a firma Edward Johnston & Co. e o comércio exportador, 1842-1852. **Tempo**, Niterói , v. 21, n. 37, p. 187-207, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100010&lng=en&nrm=iso>.
- GUIMARAES, L. M. P. . A presença inglesa no Brasil, segundo a historiografia contemporânea. **Multitemas** (UCDB) , Campo Grande (MS), v. 10, p. 123-137, 1998.
- HABER, Stephen. KLEIN, Herbert S.. **The Economic Consequences of Brazilian Independence**. In: HABER, Stephen (org), **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economics Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOBSBAWM, Eric J. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- KARLS, Cleber Eduardo. **Modernidades sortidas: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro**. 2017. 186 f. (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária, 2017.
- KARLS, Thaina Schwan. O Rio de Janeiro à mesa. **Revista de História**, n. 178, p. 1-28, 2019.
- MAGALHÃES, Marize Arguri. Relações Brasil-Inglaterra no 1º Império (Reconhecimento da Independência, Abolição do Tráfico e Tratado de Comércio). **Revista de História**, São Paulo. 45(92). p. 465-473
- MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**, volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no debate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MELO, Victor Andrade de. A sociabilidade britânica no Rio de Janeiro do século XIX: os clubes de Cricket. **Almanack** [online]. 2017, n. 16
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. **Cadernos CEDES [online]**. 1998, v. 19, n. 45, pp. 71-85. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Qjq9QYBXtYzdVF4JhZzd8WM/?lang=pt#>. Acesso em 12 jul 2021
- MORLIM, Diego M. . A hegemonia britânica no Brasil do século XIX. **INTERAÇÃO** , v. 8, p. 39-51, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/15825>>
- MORTATTI, M. D. R. L.. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Seminário Alfabetização e Letramento Em Debate, 2006
- MONTELEONE, Joana Moraes. Moda, Consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840 -1889). **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 178, p. 1, 2019.
- MONTELEONE, Joana. “A tirania da moda”: roupas, comércio e consumo no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Maracanan**. n. 15, 2016
- NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- OLIVEIRA, Carolina B.. As Relações Comerciais entre Brasil e Inglaterra no início do século XIX. In: **II Colóquio Internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem**, 2008, São Paulo. Anais - II Coloquio Internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. São Paulo: Lab Com/ FAU-USP, 2008. p. 01-07.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951). (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.
- PARRON, Tâmis. The British Empire and the Suppression of the Slave Trade to Brazil: A Global History Analysis. **Journal of World History**, vol. 29, n. 1. University of Hawaii Press, 2018. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/687049>
- PAULA, João Antônio de. '**O Processo Econômico**'. In: A Construção Nacional: 1830-1889 vol. 2 História do Brasil Nação. Org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012
- PUELLES, Alice Aparecida Labarca. **O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RICUPERO, Rubens. '**O Brasil no mundo**'. In: SILVA, Alberto da Costa e (org.), Crise Colonial e Independência 1808-1830 vol. 1 História do Brasil Nação 1808-2010 org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

SENA, F.; CRUZ, A. R. S. da. Correio das modas e Novo correio das modas: modos de ser mulher em Lisboa e no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Graphos**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–80, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/13486>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas a moda no século dezanove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TOMICH, Dale. **Trough the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy**. Lanham: Roman & Littlefield Publishers Inc, 2004

TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE. 1810. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/Itamaraty/AHI_REE_01119/AHI_REE_01119.pdf. Acesso em 15 mar. 2021

VASCONCELOS, S. G. T.. Leituras Inglesas no Brasil Oitocentista. **Crop (FFLCH/USP)**, São Paulo, n.8, p. 223-247, 2002.